

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	98
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	99
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	11.972.279	11.237.851
1.01	Ativo Circulante	3.279.097	3.307.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	187.196	204.316
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	187.196	204.316
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.010	80.648
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	82.010	80.648
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	82.010	80.648
1.01.03	Contas a Receber	1.743.712	1.606.490
1.01.03.01	Clientes	1.743.712	1.606.490
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.357.632	2.220.336
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-613.920	-613.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	689.957	712.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	689.957	712.676
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	45.205	136.426
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	644.752	576.250
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	576.222	703.848
1.01.08.03	Outros	576.222	703.848
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	68.119	61.206
1.01.08.03.03	Outros créditos	108.538	172.038
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	15.267	78.011
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	383.650	392.593
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	648	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.693.182	7.929.873
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.533.498	5.880.077
1.02.01.04	Contas a Receber	130.958	115.421
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	130.958	115.421
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.114	52.077
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	60.114	52.077
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.342.426	5.712.579
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	48.264	48.798
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	30.175	31.101
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	18.878	21.042
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.428.649	3.912.580
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	561.058	654.499
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	14.041	43.594
1.02.01.10.10	Ativos financeiros setoriais	119.622	126.078
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.121.739	874.887
1.02.03	Imobilizado	78.144	80.146
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.591	80.146
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	12.591	80.146
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	56.231	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.322	0
1.02.04	Intangível	2.081.540	1.969.650
1.02.04.01	Intangíveis	2.081.540	1.969.650
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.967.285	1.835.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.02	Software	114.148	133.686
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	107	12

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	11.972.279	11.237.851
2.01	Passivo Circulante	3.666.146	3.459.488
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.712	48.028
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.712	48.028
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	43.712	48.028
2.01.02	Fornecedores	1.230.330	1.410.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.230.330	1.410.469
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	861.754	1.070.011
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	23.799	29.296
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	344.777	311.162
2.01.03	Obrigações Fiscais	264.438	249.492
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.292	47.261
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	16.284
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	51.292	30.977
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	207.661	197.207
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	207.661	197.207
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.485	5.024
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	5.485	5.024
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	974.592	791.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	570.698	420.631
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	156.126	282.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	414.572	137.905
2.01.04.02	Debêntures	403.894	371.330
2.01.04.02.01	Debêntures	403.894	371.330
2.01.05	Outras Obrigações	1.153.074	959.243
2.01.05.02	Outros	1.153.074	959.243
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	454.956	473.748
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	252.479	171.729
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	52.219	28.935
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	1.195	1.338
2.01.05.02.10	Outras obrigações	286.527	170.922
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	87.626	98.371
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	18.072	14.200
2.01.06	Provisões	0	295
2.01.06.02	Outras Provisões	0	295
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	0	295
2.02	Passivo Não Circulante	4.627.294	4.291.558
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.158.448	2.929.707
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.631.547	1.847.084
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	735.680	762.506
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	895.867	1.084.578
2.02.01.02	Debêntures	1.526.901	1.082.623
2.02.01.02.01	Debêntures	1.526.901	1.082.623
2.02.02	Outras Obrigações	1.243.021	1.116.804
2.02.02.02	Outros	1.243.021	1.116.804
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	2.434	1.169

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	86.423	87.977
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	6.090	8.036
2.02.02.02.08	Outras obrigações	4.057	8.022
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	60.972	7.359
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.041.513	997.855
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	41.532	6.386
2.02.04	Provisões	225.825	245.047
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	225.825	245.047
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	935	10
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	48.104	35.387
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	139.334	136.829
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	33.957	69.129
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	3.495	3.692
2.03	Patrimônio Líquido	3.678.839	3.486.805
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.347	914.346
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.085.347	914.346
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.954.036	2.220.037
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	968.580	968.580
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	936.611	1.202.612
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	309.195	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-28.410	-6.249
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-28.410	-6.249

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.110.259	4.143.094	1.834.840	3.435.606
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.685.227	-3.385.797	-1.466.997	-2.845.887
3.03	Resultado Bruto	425.032	757.297	367.843	589.719
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.961	-120.672	-88.320	-132.388
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.390	-4.293	42	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.455	-89.456	-41.324	-87.558
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-26.720	-82.196	-48.782	-51.940
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.604	55.273	1.744	7.110
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	365.071	636.625	279.523	457.331
3.06	Resultado Financeiro	-121.439	-240.133	-37.365	-92.031
3.06.01	Receitas Financeiras	-13.285	225.685	167.572	372.209
3.06.02	Despesas Financeiras	-108.154	-465.818	-204.937	-464.240
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.632	396.492	242.158	365.300
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.578	-87.297	-52.835	-89.061
3.08.01	Corrente	3.553	-83.919	-96.252	-126.296
3.08.02	Diferido	-49.131	-3.378	43.417	37.235
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	198.054	309.195	189.323	276.239
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	198.054	309.195	189.323	276.239
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,54387	3,97141	2,43173	3,54811
3.99.01.02	PNA	2,6965	4,20969	2,57763	3,76099
3.99.01.03	PNB	2,79826	4,36855	2,6749	3,90292
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	2,54387	3,97141	2,43173	3,54811
3.99.02.02	PNA	2,6965	4,20969	2,57763	3,76099
3.99.02.03	PNB	2,79826	4,36855	2,6749	3,90292

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	198.054	309.195	189.323	276.239
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.624	-22.161	19.034	9.222
4.02.01	Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	963	963	8.420	8.420
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-328	-328	-2.863	-2.863
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-12.513	-34.539	20.419	5.553
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	4.254	11.743	-6.942	-1.888
4.03	Resultado Abrangente do Período	190.430	287.034	208.357	285.461

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	268.351	-39.846
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	594.932	491.445
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	309.195	276.239
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	72.504	26.398
6.01.01.04	Amortização e Depreciação	202.686	174.932
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	-21.740	109.619
6.01.01.06	Valor Residual de Intangível e Imobilizado	86	0
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	5.542	-34.871
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros	14.163	1.183
6.01.01.09	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	134.520	20.477
6.01.01.10	Benefícios pós-emprego	4.097	4.325
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	9.692	25.542
6.01.01.13	Marcação a mercado ativo indenizável	-194.966	-119.747
6.01.01.17	Ativos e passivos financeiros setoriais	59.153	7.348
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	141.588	-304.255
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-234.955	-271.038
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	62.744	11.037
6.01.02.04	Outros tributos compensáveis	24.939	114.546
6.01.02.06	Outros passivos	111.640	24.433
6.01.02.07	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	24.866	6.865
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	534	-2.184
6.01.02.09	Outros Ativos	56.587	-110.585
6.01.02.10	Fornecedores	-180.139	107.380
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-4.316	-10.972
6.01.02.12	Outras obrigações Fiscais	37.029	24.940
6.01.02.13	Taxas regulamentares	-14.500	-1.383
6.01.02.16	Ativos Financeiros Setoriais	-43.754	-176.042
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	76.971	-22.908
6.01.02.19	Imposto de renda e contribuição social a pagar	223.942	127.534
6.01.02.20	Passivos financeiros setoriais	0	-125.878
6.01.03	Outros	-468.169	-227.036
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-240.226	-169.441
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos	-128.152	-48.131
6.01.03.03	Pagamento de processos judiciais e outros riscos	-53.553	-3.002
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-40.441	-1.683
6.01.03.05	Pagamento de juros de arrendamento	-966	-100
6.01.03.06	Pagamento com benefícios pós-emprego	-4.831	-4.679
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-831.266	-490.512
6.02.01	Aplicações no imobilizado e intangível	-830.830	-475.681
6.02.02	Cauções de depósitos	926	-1.404
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-1.362	-13.427
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	545.795	586.197
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.054.000	-647.889
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	-2.991	-770

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.03.06	Captação de empréstimos e Financiamentos	1.636.177	1.170.000
6.03.07	Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	-22.816	105.750
6.03.08	Pagamento de dividendos	0	-40.000
6.03.09	Pagamento de arrendamento financeiro (principal)	-10.575	-894
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.120	55.839
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	204.316	166.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	187.196	221.854

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	171.001	0	-266.001	0	0	-95.000
5.04.01	Aumentos de Capital	171.001	0	-171.001	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-95.000	0	0	-95.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.195	-22.161	287.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.195	0	309.195
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.161	-22.161
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-34.539	-34.539
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.743	11.743
5.05.02.06	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	963	963
5.05.02.07	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-328	-328
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	1.954.036	309.195	-28.410	3.678.839

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.246	358.671	1.981.033	0	-1.402	3.230.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.100	0	-131.808	0	0	-109.708
5.04.01	Aumentos de Capital	22.100	0	-22.100	0	0	0
5.04.08	Aprovação dos dividendos propostos	0	0	-109.708	0	0	-109.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.239	9.222	285.461
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.239	0	276.239
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.222	9.222
5.05.02.10	Ganho de instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	5.553	5.553
5.05.02.11	Tributos diferidos s/perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-1.888	-1.888
5.05.02.12	Ganho atuarial em benefício pós emprego	0	0	0	0	8.420	8.420
5.05.02.13	Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-2.863	-2.863
5.07	Saldos Finais	914.346	358.671	1.849.225	276.239	7.820	3.406.301

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	6.277.199	4.965.596
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.470.379	4.509.478
7.01.02	Outras Receitas	55.558	7.110
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	823.766	475.406
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72.504	-26.398
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.409.063	-2.865.947
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.330.136	-2.805.526
7.02.04	Outros	-78.927	-60.421
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-78.927	-60.421
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.868.136	2.099.649
7.04	Retenções	-202.687	-174.932
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-202.687	-174.932
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.665.449	1.924.717
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	225.685	372.209
7.06.02	Receitas Financeiras	225.685	372.209
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.891.134	2.296.926
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.891.134	2.296.926
7.08.01	Pessoal	104.818	112.875
7.08.01.01	Remuneração Direta	68.122	78.892
7.08.01.02	Benefícios	14.602	14.045
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.973	3.051
7.08.01.04	Outros	19.121	16.887
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	5.473	4.677
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	4.126	4.368
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	9.522	7.842
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.000.065	1.436.581
7.08.02.01	Federais	913.635	546.086
7.08.02.02	Estaduais	1.081.516	887.011
7.08.02.03	Municipais	4.914	3.484
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	477.056	471.231
7.08.03.01	Juros	92.641	177.627
7.08.03.02	Aluguéis	11.238	6.991
7.08.03.03	Outras	373.177	286.613
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	373.177	286.613
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	309.195	276.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	309.195	276.239



Comentário do Desempenho

A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9,2 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre de 2022 (2T22) e do primeiro semestre (“1S22”, “6M22”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	3.056	3.064	-0,3%	3.098	-1,4%	6.154	6.145	0,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.035.418	2.693.731	12,7%	3.258.727	-6,9%	6.294.145	4.984.884	26,3%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.110.259	1.834.840	15,0%	2.032.835	3,8%	4.143.094	3.435.606	20,6%
EBITDA (3) (R\$ mil)	471.719	355.822	32,6%	354.067	33,2%	825.786	620.090	33,2%
Margem EBITDA (%)	22,35%	19,39%	2,96 p.p	17,42%	4,93 p.p	19,93%	18,05%	1,88 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	27,90%	22,70%	5,20 p.p	21,74%	6,16 p.p	24,88%	20,95%	3,93 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)	365.071	279.523	30,6%	271.554	34,4%	636.625	457.331	39,2%
Margem EBIT (%)	17,30%	15,23%	2,07 p.p	13,36%	3,94 p.p	15,37%	13,31%	2,06 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	198.054	189.323	4,6%	111.141	78,2%	309.195	276.239	11,9%
Margem Líquida	9,39%	10,32%	-0,93 p.p	5,47%	3,92 p.p	7,46%	8,04%	-0,58 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	11,71%	12,08%	-0,37 p.p	6,82%	4,89 p.p	9,31%	9,33%	-0,02 p.p
CAPEX (R\$ mil)	365.750	241.566	51,4%	354.856	3,1%	720.606	438.235	64,4%
DEC (12 meses)*	10,82	14,06	-23,0%	11,04	-2,0%	10,82	14,06	-23,0%
FEC (12 meses)*	4,46	5,45	-18,2%	4,58	-2,6%	4,46	5,45	-18,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,35%	100,26%	-2,91 p.p	97,74%	-0,39 p.p	97,35%	100,26%	-2,91 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	16,54%	16,66%	-0,12 p.p	16,42%	0,12 p.p	16,54%	16,66%	-0,12 p.p
Nº de Consumidores Totais	4.625.916	4.348.591	6,4%	4.513.222	2,5%	4.625.916	4.348.591	6,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.093	1.149	-4,9%	1.109	-1,4%	1.093	1.149	-4,9%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	263	287	-8,4%	269	-2,2%	530	576	-8,0%
PMSO (5)/Consumidor	62,08	53,01	17,1%	62,29	-0,3%	122,85	101,45	21,8%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	399	408	-2,2%	392	1,8%	399	408	-2,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.591	10.661	8,7%	11.509	0,7%	11.591	10.661	8,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: resultado do serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,6 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	2T22	2T21	Var. %
Área de Concessão (km2)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	9.240.580	9.187.103	0,6%
Consumidores (Unid.)	4.625.916	4.348.591	6,4%
Linhas de Distribuição (Km)	148.895	151.014	-1,4%
Linhas de Transmissão (Km)	5.459	5.427	0,6%
Subestações (Unid.)	121	118	2,5%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.939	12.313	5,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	5,24%	5,00%	0,24 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,56%	2,52%	0,04 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



* Dados prévios referente ao 2T22



Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	2021	2020	Var. % (2)
Ordinárias - ON (COCE3)	57,67	87,36	-34,0%	57,67	-	57,67	87,36	-34,0%
Preferenciais A - PNA (COCE5)	48,38	61,00	-20,7%	52,39	-7,7%	48,38	61,00	-20,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

variação sem ajuste por proventos

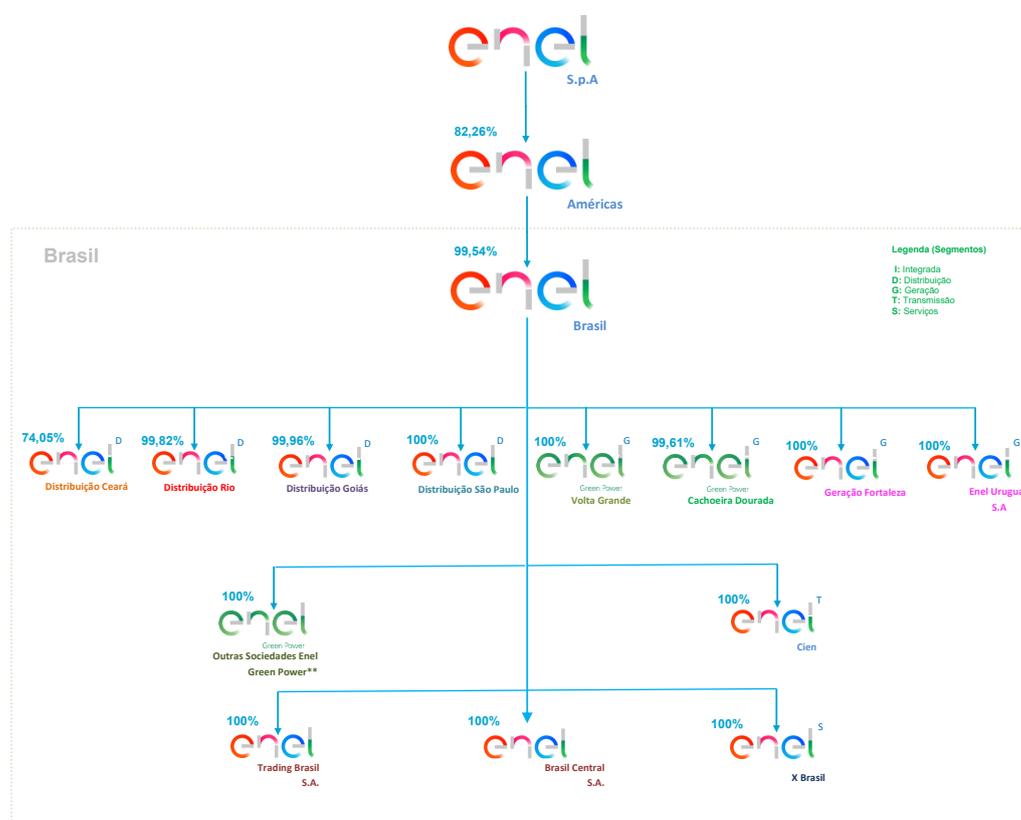
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Enel Distribuição Ceará é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2022)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Enel Brasil	47.064.245	97,91%	10.588.006	424	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Não Controladores	1.003.692	2,09%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,45%	20.202.624	25,95%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	1.003.692	2,09%	13.696.938	3.097	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

Posição em 30 de junho de 2022



**Contempla as empresas e SPEs da Enel Green Power incorporada em 04/11/2021



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.152.745	4.088.614	1,6%	4.135.660	0,4%	4.152.745	4.088.614	1,6%
Residencial - Convencional	2.437.666	2.537.931	-4,0%	2.425.268	0,5%	2.437.666	2.537.931	-4,0%
Residencial - Baixa Renda	921.755	721.974	27,7%	909.499	1,3%	921.755	721.974	27,7%
Industrial	5.885	6.194	-5,0%	5.932	-0,8%	5.885	6.194	-5,0%
Comercial	180.191	182.662	-1,4%	181.268	-0,6%	180.191	182.662	-1,4%
Rural	555.595	591.878	-6,1%	562.127	-1,2%	555.595	591.878	-6,1%
Setor Público	51.653	47.975	7,7%	51.566	0,2%	51.653	47.975	7,7%
Cientes Livres	652	522	24,9%	599	8,8%	652	522	24,9%
Industrial	185	160	15,6%	177	4,5%	185	160	15,6%
Comercial	453	348	30,2%	408	11,0%	453	348	30,2%
Rural	10	10	-	10	-	10	10	-
Setor Público	4	4	-	4	-	4	4	-
Revenda	2	2	-	2	-	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.153.399	4.089.138	1,6%	4.136.261	0,4%	4.153.399	4.089.138	1,6%
Consumo Próprio	313	321	-2,5%	319	-1,9%	313	321	-2,5%
Consumidores Ativos Não Faturados	472.204	259.132	82,2%	376.642	25,4%	472.204	259.132	82,2%
Total - Número de Consumidores	4.625.916	4.348.591	6,4%	4.513.222	2,5%	4.625.916	4.348.591	6,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A Companhia encerrou 2T22 com um incremento de 1,6% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrado no 2T21. O acréscimo observado entre os períodos analisados do mercado Cativo está concentrado nas classes residencial Baixa Renda e Setor Público. O aumento na classe Baixa Renda é reflexo da migração de clientes do Residencial Convencional devido a implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 24,9% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior.

No 2T22, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 187,3 milhões.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.355	2.455	-4,1%	2.460	-4,3%	4.815	4.914	-2,0%
Cientes Livres	695	602	15,4%	632	10,0%	1.328	1.220	8,9%
Revenda	3	3	-	3	-	6	6	-
Consumo Próprio	3	4	-25,0%	3	-	6	7	-14,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.056	3.064	-0,3%	3.098	-1,4%	6.154	6.145	0,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Residencial - Convencional	928	1.037	-10,5%	999	-7,1%	1.927	2.066	-6,7%
Residencial - Baixa Renda	277	249	11,2%	259	6,9%	537	500	7,4%
Industrial	128	142	-9,9%	125	2,4%	253	271	-6,6%
Comercial	377	359	5,0%	389	-3,1%	767	739	3,8%
Rural	249	285	-12,6%	293	-15,0%	542	602	-10,0%
Setor Público	396	383	3,4%	393	0,8%	789	735	7,3%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.355	2.455	-4,1%	2.460	-4,3%	4.815	4.914	-2,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O mercado cativo no 2T22 teve uma redução de 4,1% no consumo em relação ao 2T21, apresentando uma redução de 12,6%, 10,5% e 9,9% nos segmentos Rural, Residencial - Convencional e Industrial, respectivamente, compensado pelo aumento de 11,2%, 5,0% e 3,4% nos segmentos Residencial - Baixa renda



Comentário do Desempenho

Comercial e Setor Público, respectivamente. No acumulado do ano, a redução foi de 2,0%, principalmente nas classes Residencial – Convencional, Rural e industrial.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Residencial - Convencional	381	409	-6,8%	412	-7,5%	791	814	-2,8%
Residencial - Baixa Renda	301	345	-12,8%	285	5,6%	582	693	-16,0%
Industrial	21.732	22.986	-5,5%	21.084	3,1%	42.985	43.801	-1,9%
Comercial	2.095	1.965	6,6%	2.148	-2,5%	4.256	4.047	5,2%
Rural	447	481	-7,1%	522	-14,4%	975	1.017	-4,1%
Setor Público	7.663	7.978	-3,9%	7.627	0,5%	15.276	15.324	-0,3%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	567	600	-5,5%	595	-4,7%	1.159	1.202	-3,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Industrial	473	428	10,5%	417	13,4%	890	856	4,0%
Comercial	191	146	30,8%	185	3,2%	377	309	22,0%
Rural	4	5	-20,0%	5	-20,0%	9	10	-10,0%
Setor Público	26	23	13,0%	26	-	52	45	15,6%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	695	602	15,4%	632	10,0%	1.328	1.220	8,9%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (MWH/CONS.)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Industrial	2.557	2.675	-4,4%	2.355	8,6%	4.810	5.351	-10,1%
Comercial	423	419	1,0%	454	-6,8%	831	887	-6,3%
Rural	445	471	-5,5%	461	-3,5%	906	951	-4,7%
Setor Público	6.584	5.868	12,2%	6.491	1,4%	13.075	11.344	15,3%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	1.066	1.153	-7,5%	1.056	0,9%	2.036	2.336	-12,8%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O aumento de 15,4% no transporte de energia aos clientes livres no 2T22 em relação ao 2T21 é atribuído, principalmente, a retomada do crescimento econômico, e conseqüentemente ao padrão de consumo dos clientes livres da Companhia, mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres comerciais verificado no início do ano de 2021, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e da contração da atividade econômica.

A migração de clientes cativos dos setores comercial e industrial para o segmento livre também contribuiu para o aumento do consumo de energia no mercado livre no trimestre.

No acumulado do ano, o aumento verificado no consumo médio dos clientes livres foi de 8,9%.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Itaipu	671	671	-	663	1,2%	1.334	1.334	-
Angra 1 e 2	102	101	1,0%	101	1,0%	202	201	0,5%
PROINFA	56	59	-5,1%	53	5,7%	108	110	-1,8%
Leilões e Quotas	2.346	2.390	-1,8%	2.346	-	4.691	4.723	-0,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.174	3.220	-1,4%	3.162	0,4%	6.336	6.367	-0,5%
Liquidação na CCEE	(219)	(144)	52,1%	(81)	>100,0%	(300)	(179)	67,6%
Total - Compra de Energia	2.955	3.077	-4,0%	3.081	-4,1%	6.036	6.188	-2,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

* Dados prévios referente ao 2T22.



Comentário do Desempenho

Balanco de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.670	3.685	-0,4%	3.735	-1,7%	7.405	7.386	0,3%
Energia distribuída (GWh)	3.056	3.064	-0,3%	3.098	-1,4%	6.154	6.145	0,1%
Residencial - Convencional	928	1.037	-10,5%	999	-7,1%	1.927	2.066	-6,7%
Residencial - Baixa Renda	277	249	11,2%	259	6,9%	537	500	7,4%
Industrial	128	142	-9,9%	125	2,4%	253	271	-6,6%
Comercial	377	359	5,0%	389	-3,1%	767	739	3,8%
Rural	249	285	-12,6%	293	-15,0%	542	602	-10,0%
Setor Público	396	383	3,4%	393	0,8%	789	735	7,3%
Clientes Livres	695	602	15,4%	632	10,0%	1.328	1.220	8,9%
Revenda	3	3	-	3	-	6	6	-
Consumo Próprio	3	4	-25,0%	3	-	6	7	-14,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	613	622	-1,4%	637	-3,8%	1.250	1.241	0,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	16,71%	16,87%	-0,16 p.p	17,05%	-0,34 p.p	16,71%	16,87%	-0,16 p.p

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Indicadores Operacionais

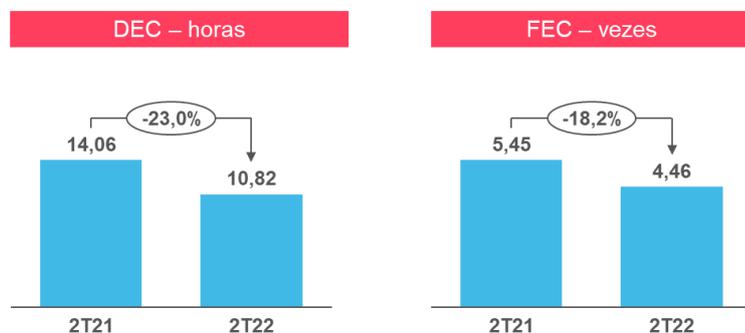
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)*	10,82	14,06	-23,0%	11,04	-2,0%	10,82	14,06	-23,0%
FEC 12 meses (vezes)*	4,46	5,45	-18,2%	4,58	-2,6%	4,46	5,45	-18,2%
Perdas de Energia 12 meses (%)*	16,54%	16,66%	-0,12 p.p	16,42%	0,12 p.p	16,54%	16,66%	-0,12 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,35%	100,26%	-2,91 p.p	97,74%	-0,39 p.p	97,35%	100,26%	-2,91 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	263	287	-8,2%	269	-2,2%	530	576	-8,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	399	408	-2,2%	392	1,8%	399	408	-2,2%
PMSO (3)/Consumidor	62,08	53,01	17,1%	62,29	-0,3%	122,85	101,45	21,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	11.591	10.661	8,7%	11.509	0,7%	11.591	10.661	8,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. O DEC apresentou uma queda de 23,0% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. O FEC apresentou uma redução de 18,2%. As

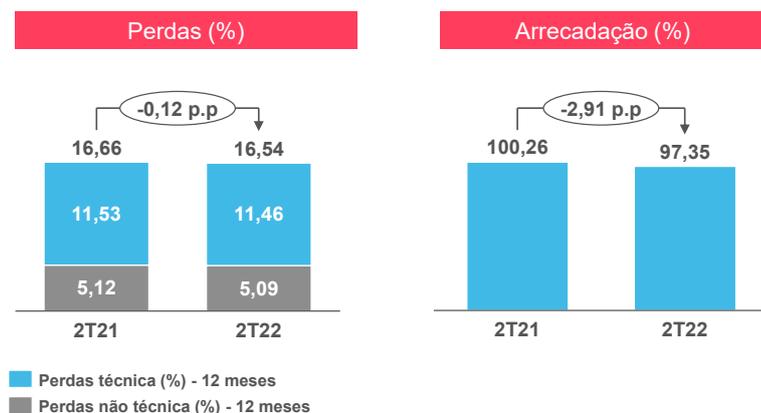
melhorias observadas nos indicadores de qualidade no trimestre são resultantes de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão.

Além do plano de melhoria, durante o 2T22, a Companhia também investiu R\$ 64,9 milhões em adequação à carga, qualidade e confiabilidade do sistema o que também refletiu no bom desempenho dos índices de qualidade durante o trimestre.

* Dados prévios referente ao 2T22.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado¹



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,54% em 2T22, uma melhora de 0,12 p.p. em relação às perdas registradas em 2T21, de 16,66%.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Distribuição Ceará mantém suas ações com foco na prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos na recuperação de clientes cortados e

irregulares, operações envolvendo dados de leitura e medição de clientes, mapeamento e conexão consumidores clandestinos.

Em relação ao indicador de arrecadação, a redução de 2,90 pontos percentuais reflete uma pequena piora de arrecadação com cobranças administrativas. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que havia suspenso temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

¹ No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico).

* Dados prévios referente ao 2T22.



Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	3.035.418	2.693.731	12,7%	3.258.727	-6,9%	6.294.145	4.984.884	26,3%
Deduções à Receita Operacional	(925.159)	(858.891)	7,7%	(1.225.892)	-24,5%	(2.151.051)	(1.549.278)	38,8%
Receita Operacional Líquida	2.110.259	1.834.840	15,0%	2.032.835	3,8%	4.143.094	3.435.606	20,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.745.188)	(1.555.317)	12,2%	(1.761.281)	-0,9%	(3.506.469)	(2.978.275)	17,7%
EBITDA (3)*	471.719	355.822	32,6%	354.067	33,2%	825.786	620.090	33,2%
Margem EBITDA*	22,35%	19,39%	2,96 p.p	17,42%	4,93 p.p	19,93%	18,05%	1,88 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	27,90%	22,70%	5,20 p.p	21,74%	6,16 p.p	24,88%	20,95%	3,93 p.p
EBIT (4)*	365.071	279.523	30,6%	271.554	34,4%	636.625	457.331	39,2%
Margem EBIT*	17,30%	15,23%	2,07 p.p	13,36%	3,94 p.p	15,37%	13,31%	2,06 p.p
Resultado Financeiro	(121.439)	(37.365)	>100,0%	(118.694)	2,3%	(240.133)	(92.031)	>100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(45.578)	(52.835)	-13,7%	(41.719)	9,2%	(87.297)	(89.061)	-2,0%
Lucro Líquido	198.054	189.323	4,6%	111.141	78,2%	309.195	276.239	11,9%
Margem Líquida	9,39%	10,32%	-0,93 p.p	5,47%	3,92 p.p	7,46%	8,04%	-0,58 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	11,71%	12,08%	-0,37 p.p	6,82%	4,89 p.p	9,31%	9,33%	-0,02 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	2,54	2,43	4,6%	1,43	78,2%	3,97	3,55	11,9%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

(3) EBITDA: Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, (4) EBIT: Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.090.450	1.844.116	13,4%	2.130.266	-1,9%	4.220.716	3.530.158	19,6%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(8.207)	(4.579)	79,2%	(10.915)	-24,8%	(19.122)	(12.856)	48,7%
Subvenção baixa renda	68.361	51.557	32,6%	52.438	30,4%	120.799	103.478	16,7%
Subvenção de recursos da CDE	53.291	50.614	5,3%	61.686	-13,6%	114.977	117.721	-2,3%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.203.895	1.941.708	13,5%	2.233.475	-1,3%	4.437.370	3.738.501	18,7%
Ativos e passivos financeiros setoriais	117.386	289.019	-59,4%	381.860	-69,3%	499.246	391.446	27,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	119.442	87.413	36,6%	100.015	19,4%	219.457	164.393	33,5%
Receita de construção	419.582	267.602	56,8%	404.184	3,8%	823.766	475.406	73,3%
Venda de Energia Excedente - MVE	21.708	24.306	-10,7%	14.850	46,2%	36.558	39.009	-6,3%
Marcação a mercado de ativo indenizável	111.847	55.896	>100,0%	83.119	34,6%	194.966	119.747	62,8%
Outras receitas	41.558	27.787	49,6%	41.224	0,8%	82.782	56.382	46,8%
Total - Receita Operacional Bruta	3.035.418	2.693.731	12,7%	3.258.727	-6,9%	6.294.145	4.984.884	26,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 12,7% no 2T22 em relação ao 2T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T22, atingiu o montante de R\$ 2,6 bilhões, um aumento de R\$ 189,7 milhões em relação ao 2T21, cujo montante foi de R\$ 2,4 bilhões. O aumento da Receita Operacional Bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 262,2 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo em relação ao 2T21, como resultado, do reajuste médio tarifário de 24,85% aplicado a partir de abril de 2022;
- Aumento de R\$ 32,0 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), resultado da recuperação do consumo impactado pelo resultado da pandemia do COVID-19 em 2T21;
- Aumento na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 55,9 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período; e
- O aumento foi compensado com uma redução de R\$ 171,6 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da menor constituição de ativo regulatório entre períodos, refletindo a melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 26,3%, ou R\$ 1,3 bilhão, em relação ao primeiro semestre de 2021, totalizando R\$ 6,3 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 6M22, alcançou o montante de R\$ 5,5 bilhões, um aumento de R\$ 960,9 milhões em relação ao 6M21, cujo montante foi de R\$ 4,5 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:



Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 698,9 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo em relação ao 6M21, como resultado principalmente do reajuste médio tarifário de 24,85% aplicado a partir de abril de 2022;
- Aumento de R\$ 55,1 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia, conforme explicado anteriormente;
- Aumento de R\$ 107,8 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da constituição de ativo regulatório no período; e
- Aumento de R\$ 75,2 milhões na rubrica de Marcação a mercado de ativo indenizável, referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período.

Destaca-se ainda que no 4T21, a Companhia realizou a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira para a Receita Operacional. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da empresa e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional. O impacto desta reclassificação no 2T21 e 6M21 correspondem aos montantes de R\$ 55,9 e R\$ 119,7 milhões, respectivamente.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
ICMS	(533.477)	(460.967)	15,7%	(548.009)	-2,7%	(1.081.486)	(886.975)	21,9%
COFINS - corrente	(152.669)	(152.259)	0,3%	(172.576)	-11,5%	(325.245)	(277.476)	17,2%
PIS - corrente	(33.145)	(33.057)	0,3%	(37.467)	-11,5%	(70.612)	(60.242)	17,2%
ISS	(1.633)	(1.519)	7,5%	(1.755)	-7,0%	(3.388)	(3.303)	2,6%
Total - Tributos	(720.924)	(647.802)	11,3%	(759.807)	-5,1%	(1.480.731)	(1.227.996)	20,6%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(15.530)	(14.914)	4,1%	(15.213)	2,1%	(30.743)	(28.105)	9,4%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(141.442)	(99.034)	42,8%	(143.756)	-1,6%	(285.198)	(166.046)	71,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	(44.573)	(94.882)	-53,0%	(304.857)	-85,4%	(349.430)	(124.012)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.690)	(2.259)	19,1%	(2.259)	19,1%	(4.949)	(3.119)	58,7%
Total - Encargos Setoriais	(204.235)	(211.089)	-3,2%	(466.085)	-56,2%	(670.320)	(321.282)	>100,0%
Total - Deduções da Receita	(925.159)	(858.891)	7,7%	(1.225.892)	-24,5%	(2.151.051)	(1.549.278)	38,8%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

As deduções da receita no 2T22 apresentaram um aumento de R\$ 66,3 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Aumento de 11,3% (R\$ 73,1 milhões) no total de tributos no 2T22 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS, com aumento de R\$ 72,5 milhões, em função de maior receita operacional; e
- Aumento de 42,8% (R\$ 42,4 milhões) na linha de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em relação ao 2T21, em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 50,3 milhões nos encargos setoriais relativo, principalmente a Conta de Encargos do consumidor – CCRBT.

No 6M22, as deduções da receita totalizaram R\$ 2,2 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão no 6M21, aumento de 38,8% ou R\$ 601,8 milhões, resultado, sobretudo, do aumento dos tributos, conforme elencados anteriormente, além do aumento de R\$ 225,4 milhões e R\$ 119,2 milhões nas rubricas de Encargos do consumidor – CCRBT e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, respectivamente.



Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(800.637)	(837.921)	-4,4%	(823.834)	-2,8%	(1.624.471)	(1.569.971)	3,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(148.121)	(143.464)	3,2%	(205.142)	-27,8%	(353.263)	(335.202)	5,4%
Total - Não gerenciáveis	(948.758)	(981.385)	-3,3%	(1.028.976)	-7,8%	(1.977.734)	(1.905.173)	3,8%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(42.786)	(41.814)	2,3%	(44.312)	-3,4%	(87.098)	(94.634)	-8,0%
Material e Serviços de Terceiros	(181.864)	(119.047)	52,8%	(161.412)	12,7%	(343.276)	(253.386)	35,5%
Depreciação e Amortização	(106.648)	(76.299)	39,8%	(82.513)	29,2%	(189.161)	(162.759)	16,2%
Custo na desativação de bens	(86)	-	-	854	<-100,0%	768	-	-
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(35.731)	(36.332)	-1,7%	(36.773)	-2,8%	(72.504)	(26.398)	>100,0%
Custo de Construção	(419.582)	(267.602)	56,8%	(404.184)	3,8%	(823.766)	(475.406)	73,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(14.372)	(366)	>100,0%	209	<-100,0%	(14.163)	(1.183)	>100,0%
Perda de recebíveis de clientes	9.011	(12.450)	<-100,0%	(18.703)	<-100,0%	(9.692)	(25.542)	-62,1%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	17.071	499	>100,0%	34.660	-50,7%	51.731	6.222	>100,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(21.443)	(20.521)	4,5%	(20.131)	6,5%	(41.574)	(40.016)	3,9%
Total - Gerenciáveis	(796.430)	(573.932)	38,8%	(732.305)	8,8%	(1.528.735)	(1.073.102)	42,5%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.745.188)	(1.555.317)	12,2%	(1.761.281)	-0,9%	(3.506.469)	(2.978.275)	17,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Os custos e despesas operacionais no 2T22 em relação ao 2T21 apresentaram um incremento de R\$ 189,9 milhões, ou 12,2%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1,3 bilhão, 2,9% ou um aumento de R\$ 37,9 milhões em relação ao montante registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 1,3 bilhão. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 222,5 milhões, no 2T22 (R\$ 70,5 milhões excluindo o efeito do custo de construção), explicado pela (i) aumento de R\$ 62,8 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em função dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade e aumento do custo com serviços para leituras de medidores; (ii) aumento de R\$ 30,3 milhões na linha de Depreciação e Amortização; e (iii) aumento de R\$ 14,0 milhões na linha de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, justificado pelo provisionamento de condenações de litígios.

O aumento nos custos foi parcialmente compensado pela redução de nos custos e despesas não-gerenciáveis, de R\$ 32,6 milhões, no 2T22. Essa redução, de 3,3%, está associada principalmente à redução na rubrica Energia elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 37,3 milhões.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de R\$ 528,2 milhões, ou 17,7%. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no acumulado do ano, alcançaram o montante de R\$ 2,7 bilhões, 7,2% ou R\$ 179,8 milhões superior ao montante registrado no ano anterior, de R\$ 2,5 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento dos custos não-gerenciáveis em 3,8% em relação ao registrado no 1S21. Tal variação é explicada, principalmente pelo aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda em R\$ 54,5 milhões, e aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 18,1 milhões.
- Aumento dos custos gerenciáveis, excluindo-se os custos de construção, em 17,9%, ou R\$ 107,3 milhões. A variação, total, explica-se pelo:
 - Aumento de R\$ 89,9 milhões com despesas com materiais e serviços de terceiros realizadas, decorrente dos maiores gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade;
 - Maior Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 46,1 milhões decorrente, sobretudo, da maior base de comparação com 2021, em razão da reversão de provisão, dada a melhor expectativa para recebimento de créditos vencidos com a intensificação do processo de cobrança que ocorreu no primeiro trimestre de 2021;



Comentário do Desempenho

- Aumento com Receita de multas por impontualidade de clientes no montante de R\$ 45,5 milhões, justificado da retomada das ações de corte por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência;
- Aumento no grupo de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 13,0 milhões, justificado pelo provisionamento de condenações de litígios.
- Aumento de R\$ 26,4 milhões na linha de depreciação e amortização no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Redução de R\$ 7,5 milhões com despesa de pessoal, em função de constituição de provisão para reestruturação organizacional relativa à digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio no primeiro trimestre de 2021.

EBITDA

A seguir apresentamos a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Lucro Líquido do Período	198.054	189.323	4,6%	111.141	78,2%	309.195	276.238	11,9%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota explicativa 32)	(45.578)	(52.835)	-13,7%	(41.719)	9,2%	(87.297)	(89.061)	-2,0%
(+) Resultado Financeiro (Nota explicativa 31)	(121.439)	(37.365)	>100,0%	(118.694)	2,3%	(240.133)	(92.031)	>100,0%
(=) EBIT	365.071	279.523	30,6%	271.554	34,4%	636.625	457.330	39,2%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota explicativa 30)	(106.648)	(76.299)	39,8%	(82.513)	29,2%	(189.161)	(162.759)	16,2%
(=) EBITDA	471.719	355.822	32,6%	354.067	33,2%	825.786	620.089	33,2%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O EBITDA da Enel Ceará no 2T22 atingiu o montante de R\$ 471,7 milhões, o que representa um aumento de R\$ 115,9 milhões em relação ao 2T21. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 22,35%, um aumento de 2,96 p.p. em relação ao 2T21. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 27,90%, o que representa um aumento de 5,20 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	5.602	2.908	92,6%	4.911	14,1%	10.513	4.102	>100,0%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	21.027	18.751	12,1%	1.241	>100,0%	22.268	42.302	-47,4%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	59.803	16.180	>100,0%	39.162	52,7%	98.965	19.271	>100,0%
Variação cambial de dívidas	(119.424)	158.876	<-100,0%	191.541	<-100,0%	72.117	158.876	-54,6%
Variação cambial	4.935	640	>100,0%	(2.123)	<-100,0%	2.812	1.863	50,9%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	16.828	(30.506)	<-100,0%	129	>100,0%	16.957	144.994	-88,3%
Outras receitas financeiras	2.301	2.333	-1,4%	6.405	-64,1%	8.706	3.964	>100,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(4.357)	(1.610)	>100,0%	(2.296)	89,8%	(6.653)	(3.163)	>100,0%
Total - Receitas Financeiras	(13.285)	167.572	<-100,0%	238.970	<-100,0%	225.685	372.209	-39,4%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívidas	(37.956)	(22.888)	65,8%	(26.810)	41,6%	(64.766)	(51.701)	25,3%
Variações cambial de dívidas	(5)	(52.762)	-100,0%	(125)	-96,0%	(130)	(145.002)	-99,9%
Variação cambial	(830)	(2.545)	-67,4%	(35)	>100,0%	(865)	(2.545)	-66,0%
Encargos de Dívidas e mútuos	(68.124)	(28.757)	>100,0%	(62.306)	9,3%	(130.430)	(50.791)	>100,0%
Encargos fundo de pensão	(1.896)	(1.697)	11,7%	(1.896)	-	(3.792)	(3.394)	11,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(8.213)	(5.740)	43,1%	(31.599)	-74,0%	(39.812)	(11.923)	>100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.656)	(9.521)	53,9%	(5.217)	>100,0%	(19.873)	(18.857)	5,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	36.980	(71.553)	<-100,0%	(216.382)	<-100,0%	(179.402)	(165.471)	8,4%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(2.223)	(1.480)	50,2%	(1.847)	20,4%	(4.070)	(3.889)	4,7%
Outras despesas financeiras	(11.231)	(7.994)	40,5%	(11.447)	-1,9%	(22.678)	(10.667)	>100,0%
Total - Despesas Financeiras	(108.154)	(204.937)	-47,2%	(357.664)	-69,8%	(465.818)	(464.240)	0,3%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(121.439)	(37.365)	> 100,0%	(118.694)	2,3%	(240.133)	(92.031)	>100,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21



Comentário do Desempenho

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 2T22 com uma despesa líquida de R\$ 121,4 milhões, representando um aumento de R\$ 84,1 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada principalmente pelo aumento líquido de despesa no montante de R\$ 124 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas, variação cambial e encargos de dívidas e mútuos) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T22 comparado ao 2T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados. Este efeito foi parcialmente compensado pelo incremento líquido de receita no montante de R\$ 41 milhões relacionado à rubrica de variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais.

No acumulado do ano, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 240,1 milhões, superior ao registrado no 6M21 em R\$ 148,1 milhões. A variação observada explica-se, sobretudo, pelo aumento líquido de despesa de R\$ 177 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro derivativo, variação cambial de dívidas, e encargos de dívidas e mútuos) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 8,46% (11,32% em 6M22 x 2,64% em 6M21), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
IR e CSLL (corrente e diferido)	(51.632)	(82.109)	-37,1%	(53.779)	-4,0%	(105.411)	(127.767)	-17,5%
Incentivo Fiscal SUDENE	6.054	29.274	-79,3%	12.060	-49,8%	18.114	38.706	-53,2%
Total	(45.578)	(52.835)	-13,7%	(41.719)	9,2%	(87.297)	(89.061)	-2,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

As despesas totais, líquidas, com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 2T22, registraram uma redução de R\$ 7,3 milhões, devido principalmente redução nos impostos correntes, compensado pelo efeito negativo nos impostos diferidos e incentivo fiscal no trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	4.231.542	3.108.653	36,1%	4.246.113	-0,3%	4.231.542	3.108.653	36,1%
Dívida com Terceiros	3.626.720	2.601.017	39,4%	2.966.750	22,2%	3.626.720	2.601.017	39,4%
Dívida Intercompany	604.822	507.636	19,1%	1.279.363	-52,7%	604.822	507.636	19,1%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	269.206	327.657	-17,8%	236.043	14,0%	269.206	327.657	-17,8%
Dívida líquida (R\$ mil)	3.962.336	2.780.996	42,5%	4.010.070	-1,2%	3.962.336	2.780.996	42,5%
Dívida Bruta / EBITDA (3)*	2,41	2,66	-9,5%	2,58	-6,5%	2,41	2,66	-9,5%
Dívida Líquida / EBITDA (3)*	2,26	2,38	-5,3%	2,43	-7,3%	2,26	2,38	-5,3%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,53	0,48	12,1%	0,54	-1,4%	0,53	0,48	12,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,52	0,45	15,4%	0,53	-1,8%	0,52	0,45	15,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para crédito de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 2T22 em R\$ 4.232 milhões, um incremento de R\$ 1.123 milhões em relação ao 2T21. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 210 milhões captados com Scotiabank, R\$ 280 milhões com o Sumitomo, R\$ 272 com o Citibank, R\$ 975 milhões com a Enel Brasil e R\$ 600 milhões referentes a 8ª emissão de debentures), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 437 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 1.472 milhões e R\$ 236 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 57 milhões.

A Companhia encerrou o 2T22 com o custo médio da dívida no período de 13,98% a.a.



Comentário do Desempenho

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de junho de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

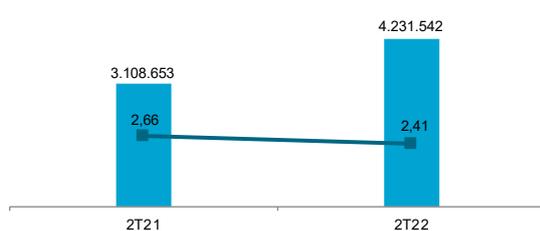
Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho N° 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho N° 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 250 milhões.

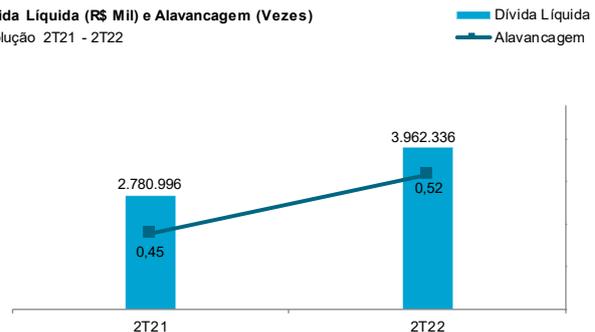
Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

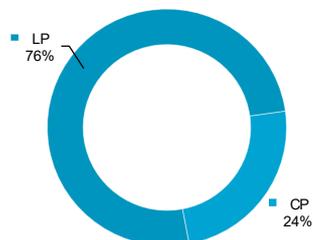
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze)
Evolução 2T21 - 2T22



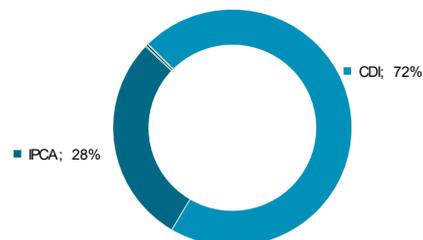
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 2T21 - 2T22



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Jun/22



Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Jun/22

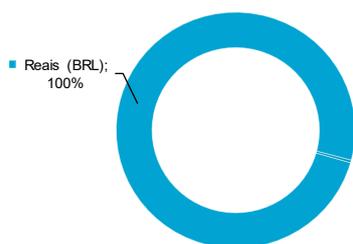




Comentário do Desempenho

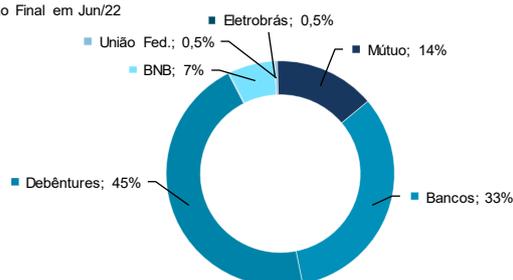
Abertura da Dívida Bruta - Moedas

Posição Final em Jun/22



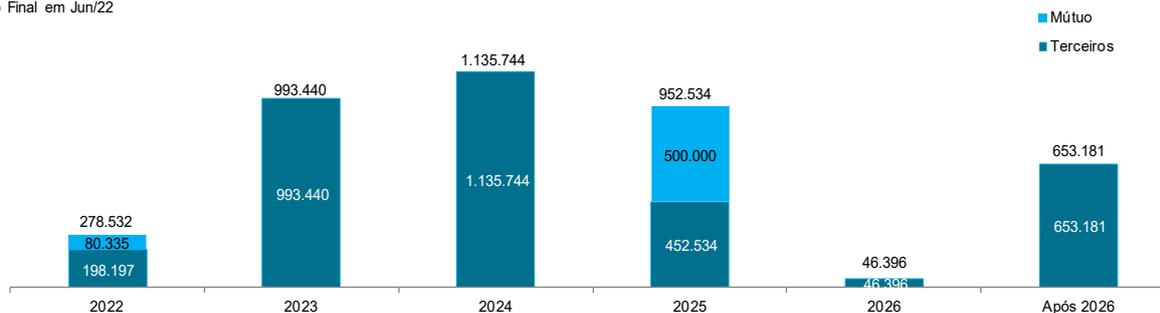
Abertura da Dívida Bruta - Credor

Posição Final em Jun/22



Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)

Posição Final em Jun/22



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Novas Conexões	187.289	165.380	13,2%	198.471	-5,6%	385.760	251.777	53,2%
Rede	83.409	36.321	>100,0%	80.152	4,1%	163.560	56.397	>100,0%
Combate às Perdas	18.484	11.133	66,0%	15.822	16,8%	34.306	18.771	82,8%
Qualidade do Sistema Elétrico	43.384	4.937	>100,0%	32.856	32,0%	76.240	14.554	>100,0%
Adequação à carga	21.540	20.251	6,4%	31.474	-31,6%	53.014	23.073	>100,0%
Outros	95.052	39.865	>100,0%	76.234	24,7%	171.286	130.061	31,7%
Total Investido	365.750	241.566	51,4%	354.856	3,1%	720.606	438.235	64,4%
Aportes / Subsídios	(13.367)	(12.533)	6,7%	(13.367)	-	(26.735)	(12.533)	>100,0%
Investimento Líquido	352.382	229.033	53,9%	341.489	3,2%	693.871	425.702	63,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; (2) Variação entre 6M22 e 6M21

No 2T22, a Companhia investiu R\$ 352,4 milhões, um aumento de 53,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na qualidade do sistema elétrico e por meio de atividades de combate a perdas, reflexo dos esforços em melhoria nos serviços. Ainda relacionado à melhoria no sistema, na linha Outros foi observado um crescimento no investimento explicado pelo aumento no número de manutenções corretivas. Foi observado também um aumento de 13,2% no investimento em expansão no trimestre. No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 693,9 milhões, volume 63,0% superior ao investido no 6M21.

* Dados prévios referente ao 2T22.

Comentário do Desempenho

5 OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,02%
Energia Comprada	4,32%
Encargos de Transmissão	-1,04%
Parcela A	7,30%
Parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,88%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Híbrida	-2,18%
Conta Escassez Híbrida	-1,95%
Ressarcimento escassez Híbrida	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-2,93%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Reajuste Financeiro	0,55%
Reajuste Total	13,43%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	11,42%
Efeito Médio para o consumidor	24,85%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 11,55%, representando 7,30% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: aumento de 36,95%, representando 4,02% no reajuste econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético CDE Conta Covid e elevação do Encargo de Serviço do Sistema (ESS);
- Energia Comprada: aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:



Comentário do Desempenho

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 37.942, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), Sobrecontratação de R\$ 47.892 e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 24,85%, sendo de 24,16%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 25,09%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão.

A Enel Distribuição Ceará esclarece que as tarifas são definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com base no contrato de concessão, leis e regulamentos federais e a maioria dos custos embutidos na tarifa não são gerenciados pela Companhia. Estes valores são apenas arrecadados pela distribuidora que repassa às empresas de geração, transmissão e ao governo federal e estadual.

Os fatores que mais contribuíram para o reajuste foram justamente os custos não gerenciáveis, tais como: o fim do benefício tarifário da Conta-Covid, criada pela Aneel em 2020 para minimizar os impactos da pandemia no setor elétrico, a alta dos custos com encargos setoriais e a compra de energia.

Considerando o reajuste médio de 24,85% do ano de 2022, apenas cerca de 5% são destinados a Enel Distribuição Ceará para manutenção e investimentos na rede. Importante destacar que, com o fim da bandeira de escassez hídrica, o efeito do reajuste tarifário será praticamente nulo para o consumidor.

Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

Reajuste Tarifário Extraordinário 2022	
Encargos Setoriais	3,98%
Custo de Transmissão	-1,04%
Custo de Aquisição de Energia	4,32%
Parcela A	7,26%
Parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,84%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Híbrida	-2,18%
Conta Escassez Híbrida	-1,95%
Ressarcimento escassez Híbrida	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-6,31%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Reajuste Financeiro	-2,82%
Reajuste Total	10,02%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	13,03%
Efeito Médio para o consumidor	-3,01%



Comentário do Desempenho

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 11,49%, representando 7,26% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,62%, representando 3,98% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

(ii) Parcela B: Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 193.725, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 47.892, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699 e Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de -R\$ 433.117.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -3,01%, sendo de -2,96%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Após o efeito da Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia, o reajuste médio é de 21,09%.

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 3.051/22).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 3.051/22).



Comentário do Desempenho

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e esta é a vigente até o momento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2021 e no primeiro semestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70					
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.



Comentário do Desempenho

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica.

Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid. Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01/02/2021. Vale destacar que em tal fase da consulta a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou, até 31 de março de 2022, o montante de R\$ 66.342, concedido aos clientes, desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.



Comentário do Desempenho

ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.035.418	2.693.731	12,7%	6.294.145	4.984.884	26,3%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.203.895	1.941.708	13,5%	4.437.370	3.738.501	18,7%
CVA	117.386	289.019	-59,4%	499.246	391.446	27,5%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	119.442	87.413	36,6%	219.457	164.393	
Receita de Construção	419.582	267.602	56,8%	823.766	475.406	73,3%
Outras Receitas	175.113	107.989	62,2%	314.306	215.138	46,1%
Deduções da Receita Operacional	(925.159)	(858.891)	7,7%	(2.151.051)	(1.549.278)	38,8%
Receita Operacional Líquida	2.110.259	1.834.840	15,0%	4.143.094	3.435.606	20,6%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(948.758)	(981.385)	-3,3%	(1.977.734)	(1.905.173)	3,8%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(800.637)	(837.921)	-4,4%	(1.624.471)	(1.569.971)	3,5%
Encargos de conexão e uso da rede	(148.121)	(143.464)	3,2%	(353.263)	(335.202)	5,4%
Custo/Despesa Operacional	(796.430)	(573.932)	38,8%	(1.528.735)	(1.073.102)	42,5%
Pessoal	(42.786)	(41.814)	2,3%	(87.098)	(94.634)	-8,0%
Material e Serviços de terceiros	(181.864)	(119.047)	52,8%	(343.276)	(253.386)	35,5%
Depreciação e amortização	(106.648)	(76.299)	39,8%	(189.161)	(162.759)	
Provisões	(50.189)	(36.698)	36,8%	(85.899)	(27.581)	>100,0%
Custo de construção	(419.582)	(267.602)	56,8%	(823.766)	(475.406)	
Outros	26.082	(11.951)	<-100,0%	42.039	(19.320)	<-100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(21.443)	(20.521)	4,5%	(41.574)	(40.016)	
EBITDA	471.719	355.822	32,6%	825.786	620.090	33,2%
EBIT	365.071	279.523	30,6%	636.625	457.331	39,2%
Resultado Financeiro	(121.439)	(37.365)	>100,0%	(240.133)	(92.031)	>100,0%
Receita Financeira	(13.285)	167.572	<-100,0%	225.685	372.209	-39,4%
Despesa Financeira	(108.154)	(204.937)	-47,2%	(465.818)	(464.240)	0,3%
Resultado antes dos impostos	243.632	242.158	0,6%	396.492	365.300	8,5%
IR/CS	(45.578)	(52.835)	-13,7%	(87.297)	(89.061)	-2,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	198.054	189.323	4,6%	309.195	276.239	11,9%

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar, de R\$ 3.449 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 3.371, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário abril de 2022 - vide nota explicativa nº 10 - (Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros).

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irre recuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim a apresentação dessas informações estão condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia Energética do Ceará – Coelce, para o exercício findo em 31 de dezembro

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2021, emitidas em 21 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2022.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.1.5 Reclassificações de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 30 de junho de 2021, originalmente autorizadas em 26 de julho de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Retificação de Erro e a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB:

(a) A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada pelos seguintes elementos:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel;
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota a política agora implementada pela Companhia. Entendemos que essa mudança possibilita aos usuários das demonstrações uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto desse assunto no semestre findo em 30 de junho de 2022 é uma reclassificação de R\$ 119.747 da receita financeira para o resultado operacional (nota explicativa nº 29), sem efeito líquido na DRE.

(b) Encargos do consumidor (CCRBT), classificados como “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 124.012.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

As alterações na DRE e DVA dos itens (a) e (b) anteriormente descritos, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
Receita líquida	3.315.859	(a)	119.747	3.435.606
Custo do serviço	(2.845.887)		-	(2.845.887)
Lucro bruto	469.972		119.747	589.719
Total despesas operacionais	(132.388)		-	(132.388)
Resultado do serviço público de energia elétrica	337.584		119.747	457.331
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	491.956	(a)	(119.747)	372.209
Despesas financeiras	(464.240)		-	(464.240)
Total resultado financeiro	27.716		(119.747)	(92.031)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	365.300		-	365.300
Imposto de renda e contribuição social	(89.061)		-	(89.061)
Lucro líquido do exercício	276.239		-	276.239

	30.06.2021			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reapresentado
1. Receitas	4.721.837		243.759	4.965.596
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	4.748.235		243.759	4.991.994
Fornecimento de energia elétrica	4.265.719	(a)(b)	243.759	4.509.478
Outras receitas	7.110		-	7.110
Receita relativa à construção de ativos próprios	475.406		-	475.406
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(26.398)		-	(26.398)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(2.865.947)		-	(2.865.947)
3. Valor adicionado bruto	1.855.890		243.759	2.099.649
4. Retenções	(174.932)		-	(174.932)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.680.958		243.759	1.924.717
6. Valor adicionado recebido em transferência	491.956		(119.747)	372.209
Receitas financeiras	491.956	(a)	(119.747)	372.209
7. Valor adicionado total a distribuir	2.172.914		124.012	2.296.926
8. Distribuição do valor adicionado	2.172.914		124.012	2.296.926
Empregados (Colaboradores)	112.875		-	112.875
Tributos (Governo)	1.312.569		124.012	1.436.581
Federais	224.804		-	224.804
Estaduais	887.011		-	887.011
Municipais	3.484		-	3.484
Encargos setoriais	197.270		124.012	321.282
CDE - Conta de desenvolvimento energético	166.046		-	166.046
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	28.105		-	28.105
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.119		-	3.119
Encargos do consumidor - CCRBT	-	(b)	124.012	124.012
Remuneração de capitais de terceiros	471.231		-	471.231
Remuneração de capitais próprios	276.239		-	276.239

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

As principais mudanças nas políticas contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2022 estão demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em:
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Reajuste tarifário anual de 2022

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 19 de abril de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +13,43% composto por reajuste econômico de +12,88% e componente financeiro de +0,55%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +24,85%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2022	
Encargos Setoriais	4,02%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
Parcela A	7,30%
parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,88%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-2,93%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Componentes Financeiros	0,55%
Reajuste Total	13,43%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	11,42%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	24,85%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 11,55%, representando 7,30% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,95%, representando 4,02% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

(ii) Parcela B: Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 37.942, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 47.892, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699 e Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de R\$ 201.450.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de 24,85%, sendo de 24,16%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de 25,09%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Bandeira tarifária

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	26.877	27.864
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	5.793	11.120
Fundos de investimento aberto	7.308	14.053
Operações compromissadas	147.218	151.279
	160.319	176.452
Total	187.196	204.316

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores imobiliários

	30.06.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos não exclusivos	81.776	80.048
Fundos de investimentos exclusivos (a)	234	600
Títulos públicos	229	414
LF - Letra Financeira	5	186
Total	82.010	80.648

(a) Fundo exclusivo do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 0,03% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de junho de 2022 (0,49% em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 30 de junho de 2022.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total 30.06.2022
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	180.372	217.706	26.211	64.974	112.380	271.443	873.086	(373.118)	499.968
Industrial	26.853	10.854	411	1.594	2.030	22.698	64.440	(16.815)	47.625
Comercial	74.474	38.267	4.050	8.585	13.069	76.890	215.335	(59.301)	156.034
Rural	65.641	36.988	5.522	14.827	16.587	89.713	229.278	(59.288)	169.990
Poder público	52.492	15.915	4.360	6.291	7.476	24.029	110.563	(10.283)	100.280
Iluminação pública	31.947	17.759	6.245	21.920	20.863	57.510	166.244	(44.057)	112.187
Serviço público	27.336	3.658	1.346	3.606	5.095	15.317	56.358	(13.385)	42.973
Fornecimento faturado	459.115	341.147	48.145	121.797	177.500	557.600	1.705.304	(576.247)	1.129.057
Receita não faturada	391.444	-	-	-	-	-	391.444	(7.366)	384.078
Parcelamento de débitos	3.114	11.249	19.801	34.551	61.753	130.958	261.426	(8.735)	252.691
Venda de Energia Excedente - MVE	3.095	-	-	-	-	-	3.095	-	3.095
Compartilhamento - uso mútuo	13.597	19.240	3.691	14.605	21.942	36.651	109.726	(3.119)	106.607
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	17.595	17.595	(18.453)	(858)
Compensação de Iluminação Pública (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	870.365	371.636	71.637	170.953	261.195	758.093	2.503.879	(629.209)	1.874.670
							Circulante		1.743.712
							Não circulante		130.958

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total
		até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31-12-2021		31-12-2021
Classes de consumidores:									
Residencial	235.746	231.990	23.893	61.109	87.110	230.802	870.649	(322.853)	547.796
Industrial	21.110	11.654	632	851	1.843	21.775	57.865	(14.353)	43.512
Comercial	76.107	37.973	5.409	13.205	11.469	71.123	215.286	(59.293)	155.993
Rural	78.266	42.499	3.285	11.340	21.053	75.204	231.647	(67.160)	164.487
Poder público	32.464	16.445	2.409	3.886	6.661	21.014	82.879	(11.460)	71.419
Iluminação pública	41.926	19.371	3.971	7.519	15.662	47.768	136.217	(40.665)	95.552
Serviço público	20.052	4.333	1.022	1.687	2.146	13.404	42.644	(11.678)	30.966
Fornecimento faturado	505.671	364.265	40.621	99.596	145.944	481.090	1.637.187	(527.462)	1.109.725
Receita não faturada	389.575	-	-	-	-	-	389.575	(7.664)	381.911
Parcelamento de débitos*	4.289	18.194	13.495	42.296	63.914	115.421	257.609	(10,971)	246.638
Venda de Energia Excedente - MVE	6.787	-	-	-	-	-	6.787	-	6.787
Compartilhamento - uso mútuo	9,670	16,299	3,845	9,521	31,623	16,745	87,703	(67,749)	19,954
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26,933	26,933	-	26,933
Compensação de Iluminação Pública	-	70,037	-	-	-	-	70,037	-	(70,037)
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15,289	15,289	(15,289)	-
Total	915.992	328.721	57.961	151.413	241.481	655.478	2.351.046	(629.135)	1.721.911
								Circulante	1.606.490
								Não circulante	115.421

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	30.06.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(37.268)	37.194	(629.209)
Outros créditos	(3.400)	(44.928)	-	(48.328)
	(632.535)	(82.196)	37.194	(677.537)

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	30.06.2021
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(441.524)	(51.718)	29.238	(464.004)
Outros créditos	(2.459)	(222)	-	(2.681)
	(443.983)	(51.940)	29.238	(466.685)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022	31.12.2021
Baixa renda - subsídio CDE	16.940	11.294
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(9.747)	5.399
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	4.625	(8.475)
Bônus - Redução voluntária de consumo	3.449	69.793
Total	15.267	78.011

Em junho de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o programa de incentivo à redução voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 69.793, restando um saldo de R\$ 3.449 a ser ressarcido.

9. Tributos a compensar

9.1 Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis

	30.06.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	41.718	84.711
Contribuição social (a)	2.235	31.230
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	1.252	20.485
Total	45.205	136.426

(a) O saldo em 30 de junho de 2022, é composto por antecipações de imposto de renda e contribuição social, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

(b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos;

9.2 Outros tributos compensáveis

	30.06.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	112.848	100.916	84.496	82.605
PIS e COFINS	75.483	-	16.864	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	454.956	460.142	473.748	571.894
Outros tributos	1.465	-	1.142	-
Total	644.752	561.058	576.250	654.499

(c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 172.600 em 30 de junho de 2022 (R\$ 141.217 em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$ 41.164 (R\$ 25.884 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.

- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 454.956 no curto prazo e R\$ 460.142 no longo prazo, em 30 de junho de 2022.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº18).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2021	Adição	Amortização	Conta Escassez Hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.06.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	275.517	(152.589)	-	(319.719)	34.833	(21.209)	261.962	426.528	(164.566)	395.419	(133.457)
Aquisição de energia - (CV/Aenergia)	(7.819)	73.201	(36.927)	-	124.081	13.406	(21.209)	144.733	139.642	5.091	140.605	4.128
Proteção	2.077	18.812	(7.059)	-	-	1.108	-	14.938	14.939	(1)	14.939	(1)
Transporte rede básica	27.073	(10.355)	(13.908)	-	-	2.311	-	5.121	11.456	(6.335)	10.258	(5.137)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EEER	429.471	138.579	(87.933)	-	(443.800)	15.075	-	51.392	227.890	(176.496)	194.525	(143.133)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	55.280	(6.762)	-	-	2.933	-	45.778	32.601	13.177	35.092	10.686
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	272.525	103.793	(273.449)	19.370	24.320	21.209	241.310	(71.522)	312.832	(11.769)	253.079
Alíquota eletiva PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.564)	24.581	6.152	-	-	1.782	-	(69)	(13.119)	13.050	(10.652)	10.583
Sobrecontratação de energia	(34.636)	58.402	19.793	-	-	1.206	-	44.765	(35.920)	80.685	(20.667)	65.432
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(19.095)	14.807	-	-	(6.075)	-	(128.523)	(22.210)	(106.313)	(22.210)	(106.313)
Risco hidrológico	(145.171)	(60.363)	72.858	-	-	(7.701)	-	(140.377)	(108.864)	(31.513)	(114.821)	(25.556)
Bandeira Escassez Hídrica (a)	-	98.430	-	-	-	(4.896)	-	93.534	-	93.534	93.534	-
Outros (b)	405.093	170.570	(9.817)	(273.449)	19.370	39.004	21.209	371.980	106.591	263.389	63.047	308.933
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	546.042	(48.796)	(273.449)	(300.349)	99.153	-	503.272	355.006	146.266	383.650	119.622

(a) **Financeiro de Bandeira Escassez Hídrica:** Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessárias para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em abril de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 149.553, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, será contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa SELIC. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 5. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foi constituído uma adição de R\$ 98.430.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) **Recebimento Escassez Hídrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 273.449.

	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Ativo não circulante
Ativos e passivos financeiros setorial										
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA										
Aquisição de energia - (CVA/energ)	33.199	312.485	(86.327)	17.154	(840)	275.671	48.329	227.342	91.307	184.364
Proinfa	(47.408)	203.069	(79.133)	43.262	(680)	119.110	(26.015)	145.125	1.420	117.690
Transporte rede básica	9.453	(1.665)	(685)	-	60	6.963	6.963	-	6.963	-
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	42.031	46.568	(18.636)	-	113	70.076	25.303	44.773	33.767	36.309
Conta de desenvolvimento energético - CDE	39.094	52.971	15.745	(26.108)	(126)	81.576	53.751	27.825	59.011	22.565
	(9.971)	11.542	(3.418)	-	(207)	(2.054)	(11.673)	9.619	(9.854)	7.800
	(242.419)	109.042	56.246	(121.376)	8.188	(190.319)	(190.516)	197	(174.649)	(15.670)
Demais passivos financeiros setoriais										
Neutralidade da parcela A	(9.888)	(796)	3.374	-	(289)	(7.599)	(5.336)	(2.263)	(5.764)	(1.835)
Sobrecontratação de energia	(21.335)	66.246	22.219	(121.376)	(2.551)	(66.797)	(23.462)	(33.335)	(29.763)	(27.034)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(114.299)	(13.145)	14.807	-	(718)	(113.355)	(29.614)	(83.741)	(29.615)	(83.740)
Risco hidrológico	(134.326)	(75.465)	60.838	-	5.115	(143.838)	(108.710)	(34.128)	(116.162)	(27.676)
Outros	37.429	132.202	(44.952)	-	6.631	131.270	(22.394)	153.664	6.655	124.615
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(209.220)	421.527	(30.081)	(104.222)	7.348	85.352	(142.187)	227.539	(83.342)	168.694

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator.

Cabe mencionar que a Companhia impetrou mandado de segurança contra a aplicação do Despacho nº 2.508/2020, no âmbito do reajuste tarifário de 2021, que estabelece os montantes de sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 sendo acatado pela ANEEL, conforme publicado no Despacho nº 1.061/2021, de 16 de abril de 2021.

Eventual decisão futura da ANEEL pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderá implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 62.114 (atualizado até 30 de junho de 2022), tendo como contrapartida o resultado.

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.06.2022	31.12.2021
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(720.186)	(713.823)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	392.469	388.270
Total	18.878	21.042

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022	Percentual
Em 2022	2.163	11,46%
Em 2023	3.960	20,97%
Em 2024	3.625	19,20%
Em 2025	3.316	17,57%
2026 até 2027	5.814	30,80%
Total	18.878	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: garantia de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.06.2022	31.12.2021
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	16.419	15.594
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	13.756	15.507
Total		30.175	31.101

13. Ativo indenizável (concessão)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	30.06.2022	31.12.2021
Saldo Inicial	3.912.580	3.026.407
Transferências do ativo contratual	321.103	556.397
Atualização do ativo financeiro da concessão	194.966	328.258
Reclassificação para ativo imobilizado	-	1.518
Saldo Final	4.428.649	3.912.580

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	30.06.2022
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	934	-	-	-	592	(296)	1.230
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	83	2.234	41.203
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	7.128	(1.597)	16.369
Subtotal	51.621	-	-	(103)	7.803	341	59.662
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(704)	-	(15)	-	-	(1)	(720)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(689)	103	-	11	(36.836)
Veículos	(2.048)	-	(33)	-	-	1.567	(514)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(307)	-	-	-	(9.001)
Subtotal	(47.707)	-	(1.044)	103	-	1.577	(47.071)
Imobilizado em curso							
Terreno	-	4	-	-	-	-	4
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	762	6.973	55	-	21.696	(29.287)	199
Máquinas e equipamentos	43.731	67	-	-	-	(40.430)	3.368
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	655	-	-	-	757	4.989
Subtotal	54.689	7.699	55	-	21.696	(74.817)	9.322
Total do imobilizado	58.603	7.699	(989)	-	29.499	(72.899)	21.913
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	819	(105)	-	-	(104)	759
Imóveis	(2.154)	48.860	(6.572)	-	-	3.099	43.233
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(6.272)	-	-	(5.037)	12.239
Subtotal	21.543	49.679	(12.949)	-	-	(2.042)	56.231
Total	80.146	57.378	(13.938)	-	29.499	(74.941)	78.144

	31.12.2020	Adição	Depreciação/ Amortização	Transferência	Reclassificação	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Terrenos	30	-	-	-	(30)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	925	934
Máquinas e equipamentos	64.235	-	-	20	(25.266)	38.989
Veículos	-	-	-	-	860	860
Móveis e utensílios	55.921	-	-	-	(45.083)	10.838
Subtotal	120.195	-	-	20	(68.594)	51.621
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	(29)	-	(675)	(704)
Máquinas e equipamentos	(49.808)	-	(1.139)	-	14.686	(36.261)
Veículos	-	-	(1.606)	-	(442)	(2.048)
Móveis e utensílios	(35.404)	-	(612)	-	27.322	(8.694)
Subtotal	(85.212)	-	(3.386)	-	40.891	(47.707)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	-	-	-	762	762
Máquinas e equipamentos	3.035	9.630	111	-	30.955	43.731
Veículos	-	434	-	-	6.185	6.619
Móveis e utensílios	2.891	3	-	(20)	703	3.577
Subtotal	5.926	10.067	111	(20)	38.605	54.689
Total do imobilizado	40.909	10.067	(3.275)	-	10.902	58.603
Ativo de direito de uso						
Terrenos	352	-	(201)	-	(2)	149
Imóveis	2.303	-	(4.932)	-	475	(2.154)
Veículos e outros meios de transporte	-	23.548	-	-	-	23.548
Subtotal	2.655	23.548	(5.133)	-	473	21.543
Total	43.564	33.615	(8.408)	-	11.375	80.146

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de junho de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,58
Imóveis	4,79
Veículos	1,61

15. Intangível

	30.06.2022			31.12.2021	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.558.155	(3.350.506)	(240.364)	1.967.285	1.835.952
Software	366.256	(252.108)	-	114.148	133.686
Bens de renda	107	-	-	107	12
Total	5.924.518	(3.602.614)	(240.364)	2.081.540	1.969.650

	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919
Amortização	-	(190.989)	17.814	(173.175)
Transferência dos ativos contratuais	169.805	-	-	169.805
Saldo em 30 de junho de 2021	5.655.379	(3.371.325)	(279.505)	2.004.549
Saldo em 31 de dezembro 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Baixas	(154)	68	-	(86)
Amortização	-	(206.562)	17.814	(188.748)
Transferência dos ativos contratuais	225.783	-	-	225.783
Transferência para ativos imobilizado	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldo em 30 de junho de 2022	5.924.518	(3.602.614)	(240.364)	2.081.540

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,60% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2022 e 3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	30.06.2022		31.12.2021	
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Curso				
Direito de uso da concessão	1.182.536	(258.703)	923.833	736.740
Software	197.906	-	197.906	138.147
Total	1.380.442	(258.703)	1.121.739	874.887

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780
Adições	475.244	-	475.244
Capitalização de juros de empréstimos	162	-	162
Transferências para ativo intangível	(169.805)	-	(169.805)
Transferências para ativo indenizável	(164.746)	-	(164.746)
Saldo em 30 de junho de 2021	944.536	(222.901)	721.635
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	823.131	-	823.131
Capitalização de juros de empréstimos	106	-	106
Reclassificação	23.272	(23.272)	-
Transferências para ativo intangível	(225.783)	-	(225.783)
Transferências para ativo indenizável	(321.103)	-	(321.103)
Reclassificação para ativo imobilizado	(29.499)	-	(29.499)
Saldo em 30 de junho de 2022	1.380.442	(258.703)	1.121.739

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	30.06.2022	31.12.2021
Compra de Energia	172.652	251.446
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 24)	193.777	188.831
Encargo de Uso da Rede	67.767	275.728
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 24)	26	27
Total energia	434.222	716.032
Materiais e serviços	645.134	572.133
Materiais e serviços com partes relacionadas	150.974	122.304
Total fornecedores	1.230.330	1.410.469

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022 – mais informações vide nota explicativa nº 38.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de junho de 2022 o montante total compensado de R\$ 611.910, sendo R\$ 155.917 durante o semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 127.901 durante o semestre findo em 30 de junho de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.06.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante (nota 9)	454.956	473.748
Ativo não circulante (nota 9)	460.143	571.894
Total do Ativo	915.099	1.045.642
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	454.956	473.748
Passivo não circulante	1.041.513	997.855
Total do Passivo	1.496.469	1.471.603

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312
Reversões	(2.085)	(2.085)
Atualizações	9.090	9.090
Compensações	(127.901)	-
Outros	-	(140)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.189.069	1.453.177
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	31.178	31.178
Compensações	(155.917)	-
Outros	(5.804)	(6.312)
Saldo em 30 de junho de 2022	915.099	1.496.469

19. Obrigações fiscais

	30.06.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	13.131
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	-	3.153
Total	-	16.284

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	153	204	357	638	1.169	1.807
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	23.251	-	23.251	18.209	-	18.209
Programa de integração social - PIS	5.006	-	5.006	3.928	-	3.928
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	21.192	-	21.192	8.202	-	8.202
Outros tributos e contribuições	1.690	-	1.690	-	-	-
Subtotal - Federais	51.292	204	51.496	30.977	1.169	32.146
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	206.976	2.230	209.206	190.366	-	190.366
Refis Parcelamento ICMS	685	-	685	6.841	-	6.841
Subtotal - Estaduais	207.661	2.230	209.891	197.207	-	197.207
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	5.479	-	5.479	5.016	-	5.016
Outros tributos e contribuições	6	-	6	8	-	8
Subtotal - Municipais	5.485	-	5.485	5.024	-	5.024
Total outros tributos a pagar	264,438	2,434	266,872	233,208	1,169	234,377

- (a) O saldo em 30 de junho de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos das antecipações conforme a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Impostos a pagar	-	125.578	-	57.900
Antecipações de impostos	-	(112.447)	-	(54.747)
Saldo final	-	13.131	-	3.153

- (b) O ICMS é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da apuração. O saldo em 30 de junho de 2022 de R\$ 206.976 (R\$ 190.366 em 31 de dezembro de 2021), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.
- (c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no semestre findo em 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 153 (saldo de R\$ 638 em 31 de dezembro de 2021) e no longo prazo o montante de R\$ 204 (saldo de R\$ 1.169 em 31 de dezembro de 2021). As parcelas são atualizadas mensalmente pela SELIC.

	30.06.2022	31.12.2021
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	4.719	7.311
(-) Pagamento principal	(2.991)	(1.422)
(-) Pagamento juros	(1.543)	(1.316)
(+) Atualização	172	146
Saldo final	357	4.719
Circulante	153	1.231
Não circulante	204	3.488
Total do passivo	357	4.719

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2022				31.12.2021			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	
Moeda estrangeira:								
União Federal – Bônus de Desconto	33	-	33	5.991	15	-	15	6.368
União Federal – Bônus ao Par	111	-	111	8.687	118	-	118	9.244
SCOTIABANK 4131 III	2.427	407.508	409.935	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131	-	-	-	-	2.635	-	2.635	437.719
BNP 4131 II - COELCE	686	-	686	122.716	732	-	732	131.020
BNP 4131 III - COELCE	-	-	-	-	537	-	537	-
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	1.434	-	1.434	209.759	1.578	-	1.578	223.955
Sumitomo 4131 - COELCE	1.127	-	1.127	261.340	1.270	-	1.270	279.025
Citibank 4131 - COELCE	1.246	-	1.246	287.474	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	7.064	407.508	414.572	895.667	6.885	131.020	137.905	1.084.578
Moeda nacional:								
Empréstimos e financiamentos								
Eletrobrás	-	119	119	-	-	2.449	2.449	1.347
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	5	4.121	4.126	-	8	4.121	4.129	2.061
FINEP	2	47	49	618	2	-	2	663
BNB II	243	46.767	47.010	235.062	317	48.379	48.696	258.435
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	250	51.054	51.304	235.680	327	54.949	55.276	262.506
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas								
Enel Finance International N.V.	24.446	-	24.446	500.000	15.237	-	15.237	500.000
Mútuo Enel BR	41	80.335	80.376	-	1.116	211.097	212.213	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	24.487	80.335	104.822	500.000	16.353	211.097	227.450	500.000
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	24.737	131.389	156.126	735.680	16.660	266.046	282.726	1.045.232
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	31.801	538.897	570.698	1.631.547	23.565	397.066	420.631	2.267.715

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566
Captações	-	500.000	135.000	535.000	1.170.000
Encargos provisionados	11.672	-	5.393	-	17.065
Encargos pagos	(3.568)	-	(5.548)	-	(9.116)
Variação monetária e cambial	-	15.722	(13.874)	-	1.848
Transferências	31.463	(31.461)	33.931	(33.933)	-
Amortizações	(42.139)	-	(605.750)	-	(647.889)
Saldo em 30 de junho de 2021	64.544	788.841	119.593	515.496	1.488.474
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	764.478	-	-	271.699	1.036.177
Encargos provisionados	66.799	-	9.856	-	76.655
Encargos pagos	(58.742)	-	(9.429)	-	(68.171)
Variação monetária e cambial	-	15.855	(945)	(71.041)	(56.131)
Transferências	42.681	(42.681)	389.369	(389.369)	-
Amortizações	(941.816)	-	(112.184)	-	(1.054.000)
Saldo em 30 de junho de 2022	156.126	735.680	414.572	895.867	2.202.245

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

30.06.2022					
2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total não Circulante
234.123	447.362	836.201	48.727	65.134	1.631.547

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR III	70.429	05/01/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR IV	110.556	31/01/2022	24/03/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR V	100.638	15/02/2022	12/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VI	50.315	21/02/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR +	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VII	352.205	04/03/2022	31/05/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,73%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR VIII	80.335	20/06/2022	29/07/2022	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80 a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18 a.a
BNP 4131 III - COELCE	CDI + 0,55 a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25 a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12 a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17 a.a

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de	Fiança bancária, conta reserva
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
SCOTTABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18%	Capital de giro	N/A
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTTABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados no semestre findo em 30 de junho de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Eneel BR I	190.971	13/12/2021	04/04/2022	Bullet	Bullet	CDI + 1,08%	Capital de giro	N/A

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP e Scotiabank a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 30 de junho de 2022:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Eletrobras

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.06.2022				31.12.2021			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Circulante + Não Circulante	Encargos	Principal	Principal	Total Circulante + Não Circulante
1ª Série 5ª emissão	913	175.000	-	175.913	798	175.000	-	175.798
2ª Série 5ª emissão	455	-	196.683	197.138	519	-	186.845	187.364
1ª Série 6ª emissão	211	40.000	-	40.211	185	-	40.000	40.185
2ª Série 6ª emissão	832	-	348.345	349.177	949	-	330.922	331.871
1ª Série 7ª emissão	6.286	175.000	-	181.286	7.819	175.000	175.000	357.819
2ª Série 7ª emissão	4.881	-	375.207	380.088	12.800	-	356.440	369.240
1ª Série 8ª emissão	3.181	-	630.806	633.987	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(2.865)	(24.140)	(27.005)	-	(1.740)	(6.584)	(8.324)
Total de debêntures	16.759	387.135	1.526.901	1.930.795	23.070	348.260	1.082.623	1.453.953

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583
Atualização monetária	-	35.979	35.979
Encargos provisionados	33.726	-	33.726
Encargos pagos	(39.177)	-	(39.177)
Transferências	171.827	(171.827)	-
Apropriação custo de transação	1.433	-	1.433
Saldo em 30 de junho de 2021	358.379	1.207.165	1.565.544
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	48.910	48.910
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Encargos provisionados	53.775	-	53.775
Encargos pagos	(60.087)	-	(60.087)
Marcação a Mercado Dívida	-	27.924	27.924
Transferências	212.274	(212.274)	-
Constituição custo de transação	-	(20.282)	(20.282)
Apropriação custo de transação	1.602	-	1.602
Saldo em 30 de junho de 2022	403.894	1.526.901	1.930.795

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período findo em 30 de junho de 2022, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	175	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperflamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperflamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperflamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª, 7ª e 8ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50

▪ Dívida líquida:

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

▪ LAJIDA:

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de "impairments" e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2023	2024	2025	Após 2025	Total
2ª Série 5ª emissão	121.683	75.000	-	-	196.683
2ª Série 6ª emissão	-	213.345	135.000	-	348.345
2ª Série 7ª emissão	-	375.207	-	-	375.207
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	630.806	630.806
(-) Custo de transação	(2.598)	(4.364)	(2.894)	(14.284)	(24.140)
Total a amortizar	119.085	659.188	132.106	616.522	1.526.901

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por arrendamento

Em atendimento ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ao ofício CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, as obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue. As taxas incrementais são determinadas com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários.

Os saldos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.06.2022	31.12.2021	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terenos	795	351	02/10/2024	19	Mensal	de 13,14% a.a até 13,69% a.a
Imóveis	46.654	2.153	02/11/2031	58	Mensal	de 0,00% a.a até 16,94% a.a
Veículos	12.155	18.082	26/10/2024	19	Mensal	de 11,49% a.a até 11,73% a.a
Total	59.604	20.586				
Circulante	18.072	14.200				
Não circulante	41.532	6.386				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.06.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2022	18.978	(906)	18.072
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	41.870	(338)	41.532
Até 2 anos - 2023	8.042	(195)	7.847
Até 3 anos - 2024	5.595	(68)	5.527
Até 4 anos - 2025	5.244	(44)	5.200
2026 em diante	22.989	(31)	22.958
Total circulante e não circulante	60.848	(1.244)	59.604

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269
Pagamentos de principal	(894)	-	(894)
Pagamentos de juros	(100)	-	(100)
Transferências	569	(569)	-
Encargos provisionados	100	-	100
Saldo em 30 de junho de 2021	2.619	756	3.375
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Adoção Inicial - CPC 06 (R2)	-	-	-
Adições	-	48.506	48.506
Remensuração	-	1.173	1.173
Pagamentos de principal	(10.575)	-	(10.575)
Pagamentos de juros	(966)	-	(966)
Transferências	14.533	(14.533)	-
Encargos provisionados	880	-	880
Saldo em 30 de junho de 2022	18.072	41.532	59.604

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético – CDE-Conta Covid (a)	-	14.938
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	45.766	40.686
Programa de Eficiência Energética (PEE)	44.600	47.575
Outros	3.350	3.208
Total	93.716	106.407
Circulante	87.626	98.371
Não Circulante	6.090	8.036

- (a) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.06.2022		31.12.2021		30.06.2022		30.06.2021	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.195	-	1.338	62.615	-	(4.325)	4.989
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em mídia de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Até o final da concessão	1.148	-	-	843	-	438	368	-
Prestitação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.490	-	1.884	-	(184)	(761)	-
Prestitação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	44.956	-	31.297	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	72.442	-	59.568	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	738	-	744	-	(4.427)	(3.955)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	192.362	-	187.266	-	(841.572)	(740.299)	-
	ENEL Green Power Parapanama	Até o final da concessão	-	96	-	97	-	(559)	(500)	-
	ENEL Green Power Mourão	Até o final da concessão	-	28	-	28	-	(162)	(144)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão	-	86	-	106	-	(388)	(352)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.	Até o final da concessão	-	60	-	60	-	(260)	(236)	-
	ENEL Green Power Sítio Apiacás S.A.	Até o final da concessão	-	142	-	175	-	(841)	(681)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão	-	123	-	142	-	(564)	(518)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão	-	155	-	213	-	(523)	(480)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	845	26	-	845	-	(1.868)	(1.761)	-
Consumo próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	1	-	-	-	-	48	34	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2020 a dezembro de 2021	-	227.252	-	156.860	-	-	-	-
Comissão de Franca	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	475	-	464	-	(524)	(525)	-
Mútuo	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2021 a Fevereiro de 2022	-	80.376	-	212.213	-	(28.771)	-	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	-	24.446	-	15.237	-	(34.625)	(7.536)	-
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	670	81	-	670	-	-	(62)	-
	CODENSA	Até o final da concessão	-	99	-	87	-	(122)	148	-
	ENEL AMERICAS	Até o final da concessão	-	580	-	618	-	38	(112)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network	Até o final da concessão	-	1.350	-	1.278	-	(246)	(607)	-
	ENEL Iberoamérica	Até o final da concessão	-	779	-	899	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Até o final da concessão	232	2.636	-	232	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETRIPAULO	Até o final da concessão	514	7.108	-	514	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	275	-	278	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D	Até o final da concessão	2.115	305	-	2.115	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024	144	1.527	-	144	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	344	5.574	-	353	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	461	-	-	461	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA	Até o final da concessão	4.923	11.772	-	3.975	-	-	-	-
			11.397	678.621	561.929	697.294	562.615	(914.909)	(762.303)	4.989
			-	1.195	61.928	1.338	62.615	-	(4.325)	4.989
			11.397	677.326	500.000	695.956	500.000	(914.909)	(757.978)	-

(+) Benefícios pós-emprego

TOTAL DE PARTES RELACIONADAS

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

Enel Finance International

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 2 de março de 2021 a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 02 de março de 2025 a uma taxa de CDI + 1,18 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio do despacho nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 524.446.

Enel Brasil

Mútuo I: Em 13 de dezembro de 2021 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 190.971 inicialmente com vencimento em 05 de janeiro de 2022 a uma taxa de CDI + 1,08 a.a. A operação foi renovada quatro vezes até a sua liquidação no dia 31 de maio de 2022.

Mútuo II: Em 20 de dezembro de 2021 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 20.125 inicialmente com vencimento em 20 de janeiro de 2022 a uma taxa de CDI + 1,08 a.a. A operação foi renovada três vezes até a sua liquidação no dia 24 de março de 2022.

Mútuo III: Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 70.429 inicialmente com vencimento em 05 de janeiro de 2022 a uma taxa de CDI + 1,08 a.a. A operação foi renovada quatro vezes até a sua liquidação no dia 12 de maio de 2022.

Mútuo IV: Em 31 de janeiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 110.556 inicialmente com vencimento em 02 de março de 2022 a uma taxa de CDI + 1,08 a.a. A operação foi renovada duas vezes até a sua liquidação no dia 24 de março de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuo V: Em 15 de fevereiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.638 inicialmente com vencimento em 18 de abril de 2022 a uma taxa de CDI + 0,73 a.a. A operação foi renovada duas vezes até a sua liquidação no dia 12 de maio de 2022.

Mútuo VI: Em 21 de fevereiro de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 50.135 inicialmente com vencimento em 22 de abril de 2022 a uma taxa de CDI + 0,73 a.a. A operação foi renovada duas vezes até a sua liquidação no dia 31 de maio de 2022.

Mútuo VII: Em 04 de março de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 352.205 inicialmente com vencimento em 22 de abril de 2022 a uma taxa de CDI + 0,73 a.a. A operação foi renovada uma vez até a sua liquidação no dia 31 de maio de 2022.

Mútuo VIII: Em 20 de junho de 2022 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 80.335 inicialmente com vencimento em 29 de junho de 2022 a uma taxa de CDI + 0,65 a.a. A operação foi renovada e a sua nova data de vencimento é 29 de julho de 2022. O saldo desse mútuo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 80.376.

	30.06.2022			31.12.2021		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V.	24.446	-	500.000	15.237	-	500.000
Mútuos Enel BR	41	80.335		1.116	211.097	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	24.487	80.335	500.000	16.353	211.097	500.000

	30.06.2022	31.12.2021
Efeito no resultados dos encargos		
Enel Finance International N.V.	25.416	28.860
Mútuos Enel BR	29.846	1.116
Total de efeito no resultados dos encargos	55.262	29.976

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	(401)	2.317	1.233	2.642
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	33	16	31
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	219	219	105	209
Total	(165)	2.569	1.354	2.882

25. Obrigações com benefício pós-emprego

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (assistência médica, FGTS e Benefício Definido), estão representados a seguir:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(304)	(19)	130	515	322
Custo dos juros líquidos	(13)	(5)	2.880	913	3.775
Contribuições reais do empregador	(34)	(143)	(3.067)	(1.587)	(4.831)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	351	167	(772)	(709)	(963)
Saldo em 30 de junho de 2022	-	-	63.124	24.494	87.618
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928
Custo do serviço corrente	(4)	73	170	701	940
Custo dos juros líquidos	(6)	(3)	2.732	662	3.385
Contribuições reais do empregador	(73)	(193)	(2.386)	(2.027)	(4.679)
Ganho/Perda Atuarial	83	124	(3.482)	(5.145)	(8.420)
Saldo em 30 de junho de 2021	-	1	73.975	29.178	103.154
				Circulante	1.195
				Não Circulante	86.423

Despesas nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 reconhecidas nas demonstrações do resultado relacionadas com os planos:

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Custo do serviço corrente	161	322	470	940
Custos dos juros	1.888	3.775	1.692	3.385
Total de despesas	2.049	4.097	2.162	4.325

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado,. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2022, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2022, ocasionou uma redução de R\$ 963 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a- Ativos e passivos atuariais

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais	1.200.593	1.256.967
Valor justo dos ativos do plano	(1.358.478)	(1.300.234)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	245.503	132.582
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	87.618	89.315
Circulante	1.195	1.338
Não Circulante	86.423	87.977

b- Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	30.06.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.256.967	1.412.549
Custo dos serviços correntes	322	1.879
Contribuição dos empregados	246	1.318
Custos dos juros	56.641	98.834
Benefícios pagos	(50.455)	(86.595)
Perda atuarial	(63.128)	(171.018)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.200.593	1.256.967

c- Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	30.06.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.300.234	1.377.248
Rendimento esperado dos ativos do plano	59.157	97.630
Contribuições dos empregados	246	1.318
Contribuições do empregador	4.831	10.853
Benefícios pagos	(50.456)	(86.595)
Perda atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	44.466	(100.219)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.358.478	1.300.234

d- Movimentação do efeito do teto de ativo não reconhecido, é como segue:

	30.06.2022	31.12.2021
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	132.582	76.627
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	6.291	5.566
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	106.630	50.389
	245.503	132.582

e- Despesas reconhecidas no resultado do semestre

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Custo do serviço corrente	161	322	470	940
Custos dos juros	1.888	3.775	1.692	3.385
Total de despesas	2.049	4.097	2.162	4.325

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de desconto nominal utilizadas para a obrigação atuarial, estão apresentadas a seguir:

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,08%	9,98%	10,08%	9,98%

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não sofreram alteração.

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.06.2022
Trabalhistas (a)	35.387	16.420	(4.887)	3.601	(2.417)	48.104
Cíveis (b)	136.829	30.715	(24.456)	15.393	(19.147)	139.334
Fiscais (c)	10	952	-	-	(27)	935
Regulatório (c)	69.129	-	(4.581)	879	(31.470)	33.957
Sub-total	241.355	48.087	(33.924)	19.873	(53.061)	222.330
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(492)	3.495
Total	245.342	48.087	(33.924)	19.873	(53.553)	225.825

	31.12.2020	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2021
Trabalhistas (a)	29.733	9.427	(9.092)	6.810	(1.491)	35.387
Cíveis (b)	121.936	44.608	(36.476)	37.386	(30.625)	136.829
Fiscais (c)	-	57	-	-	(47)	10
Regulatório (c)	42.860	35.916	(24.740)	15.477	(384)	69.129
Sub-total	194.529	90.008	(70.308)	59.673	(32.547)	241.355
Outros Provisões (d)	-	14.558	-	-	(10.571)	3.987
Total	194.529	104.566	(70.308)	59.673	(43.118)	245.342

As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas. O valor sofreu alteração em decorrência do provisionamento de processos / ação coletiva envolvendo empregados próprios em fase de execução.

b) Riscos cíveis

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

- c1).** Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2022 corresponde a R\$ 4.859, que permanece em discussão judicial. O valor restante, está classificado como possível.
- c2).** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE - tema teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2022 corresponde a R\$ 4.459. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.
- c3).** Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. Em 3 de março de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da infração para 2.993. Em 24 de março de 2022, foi realizado o pagamento do AI 002-2020-ARCE-SFE referente à multa por descumprimento dos indicadores DEC/FEC nos anos de 2018 e 2019 (R\$ 3.227, sendo R\$ 2.993 principal e R\$ 234 de atualização financeira. Em 30 de junho de 2022, o saldo final da contingência foi revertido, no valor de R\$ 4.581. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.
- c4).** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de junho de 2022 corresponde a R\$ 2.512. O valor restante, está classificado como possível.
- c5).** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionado atualizado até 30 de junho de 2022 corresponde a R\$ 22.126. O processo está em discussão no âmbito judicial.

c6). Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. Em abril de 2022, a Diretoria da ANEEL decidiu por reconhecer o recurso interposto pela Enel CE e reduzir o valor da multa para R\$ 26.509. Em maio de 2022, foi realizado o pagamento integral da multa R\$ 28.243, sendo R\$ 26.509, referente ao valor principal e R\$ 1.734 referente a atualização financeira. O processo administrativo punitivo encontra-se encerrado junto à ANEEL.

d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas (a)	209.249	585.523
Cíveis (b)	1.960.765	1.743.513
Fiscais (c)	994.556	874.171
Juizados especia	3.557	2.109
Regulatórios	5.423	25.276
Total	3.173.550	3.230.592

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações previdenciárias que passaram a ser considerados no relatório de contingência 43 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ 108.644 em 30 de junho de 2022.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal

c1). Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos totalizam R\$ 828.312 em 30 de junho de 2022 (R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 55.814 e R\$ 4.898 em 30 de junho de 2022 (R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre. O valor total atualizado desses autos, em 30 de junho de 2022 é de R\$ 12.626 (R\$ 11.835 em 31 de dezembro de 2021).

Também há auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 14.550 (R\$ 14.023 em 31 de dezembro de 2021).

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 54.441 em 30 de junho de 2022 (R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber: (i) R\$ 3.767, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 784, referente ao Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, tema Qualidade do Atendimento Comercial.

26.3 Depósitos vinculados a litígios

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.06.2022	31.12.2021
Trabalhistas	19.252	18.210
Cíveis	25.312	26.731
Fiscais	3.700	3.857
Total	48.264	48.798

27. Patrimônio líquido
a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.085.347 em 30 de junho de 2022 (R\$ 914.346 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2022 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 171.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	30.06.2022	31.12.2021
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

	Ações preferenciais (em unidade)				Total		Total	
	Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Outros	13.696.938	48,48%	3.097	0,20%	13.700.035	45,99%	14.703.727	18,89%
Total de Ações	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº11.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.06.2022	30.06.2021
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	963	8.420
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em benefícios pós-emprego	(328)	(2.863)
Ganho (Perda) de instrumentos financeiros derivativos	(44.007)	3.430
Tributos diferidos sobre perda/ganho instrumentos financeiros derivativos	14.962	(1.167)
Total	(28.410)	7.820

h) Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 12 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$131.309, sendo que deste montante foram pagos R\$117.000 de juros sobre capital próprio; (ii) reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$337.197. Do montante destinado a reforço de capital de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

giro, foi deliberada a capitalização de R\$171.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

i) Aprovação de pagamento de Juros sobre Capital Próprio - TJLP

Em 28 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2021, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculada até 01 de julho de 2022, no montante de até R\$95.000. O pagamento ocorrerá até 30 de dezembro de 2022 aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia 01 de julho de 2022.

28. Resultado por ação

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	122.279	190.897	116.888	170.550
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	71.871	112.203	68.703	100.244
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	3.904	6.095	3.732	5.445
	198.054	309.195	189.323	276.239
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	77.855.299	77.855.299	77.855.299	77.855.299
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	2,5439	3,9714	2,4317	3,54811
Ação preferencial - Classe A	2,6965	4,2097	2,5776	3,76099
Ação preferencial - Classe B	2,7983	4,3685	2,6749	3,90292

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classe "A", a requerimento do interessado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Receita líquida

	01.01.2022 a 30.06.2022			Reapresentado		
	01.01.2021 a 30.06.2021					
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.359,421	2.464,058	1.480,794	3.259,905	2.565,807	1.356,673
Industrial	5,885	252,987	452,707	6,194	271,301	379,128
Comercial	180,191	766,915	854,801	182,662	739,150	654,207
Rural	555,595	541,738	385,162	591,878	602,087	353,170
Poder público	31,293	311,348	312,209	31,787	246,714	204,481
Iluminação pública	11,733	324,533	199,634	11,630	343,331	147,130
Serviço público	8,627	153,279	143,413	4,558	145,111	106,072
Suprimento e revenda	2	5,877	552	2	5,659	409
Fornecimento faturado	4.152,747	4.820,735	3.829,272	4.088,616	4.919,160	3.201,270
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	391,444	-	-	328,888
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(19,122)	-	-	(12,856)
Receitas com partes relacionadas (vide nota 21)	-	-	-	-	-	34
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.152,747	4.820,735	4.201,594	4.088,616	4.919,160	3.517,336
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	499,246	-	-	391,446
Subvenção baixa renda	-	-	120,799	-	-	103,478
Subvenção de recursos da CDE	-	-	114,977	-	-	117,721
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	652	1.327,923	219,457	522	1.219,548	164,393
Receita de construção	-	-	823,766	-	-	475,406
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	36,558	-	-	39,009
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	194,966	-	-	119,747
Outras receitas	-	-	82,782	-	-	56,348
Total outras receitas	652	1,327,923	2,092,551	522	1,219,548	1,467,548
Receita operacional bruta	4.153,399	6.148,658	6.294,145	4.089,138	6.138,708	4.984,884
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1,081,486)	-	-	(886,975)
COFINS - corrente	-	-	(325,245)	-	-	(277,476)
PIS - corrente	-	-	(70,612)	-	-	(60,242)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(30,743)	-	-	(28,105)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(285,198)	-	-	(166,046)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(349,430)	-	-	(124,012)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4,949)	-	-	(3,119)
ISS	-	-	(3,388)	-	-	(3,303)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2,151,051)	-	-	(1,549,278)
Receita operacional líquida	4.153,399	6.148,658	4.143,094	4.089,138	6.138,708	3.435,606

(*) Não revisado pelos auditores independentes

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.5, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2022 a 30.06.2022			Reapresentado 01.04.2021 a 30.06.2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.359,421	1.205.707	903,252	3.259.905	1.286.426	850,983
Industrial	5,885	127.917	234,170	6,194	142.374	202,328
Comercial	180,191	377.237	425,657	182,662	358,949	335,595
Rural	555,595	248,362	182,570	591,878	284,587	176,728
Poder público	31,293	160,025	158,333	31,787	124,293	108,098
Iluminação pública	11,733	163,297	93,704	11,630	181,016	75,841
Serviço público	8,627	75,001	71,526	4,558	77,425	56,500
Suprimento e revenda	2	2,946	284	2	2,824	210
Fornecimento faturado	4.152,747	2.360,492	2.069,496	4.088,616	2.457,894	1.806,283
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	20,954	-	-	37,833
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(8,207)	-	-	(4,579)
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	-	12
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.152,747	2.360,492	2.082,243	4.088,616	2.457,894	1.839,549
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	117,386	-	-	289,019
Subvenção baixa renda	-	-	68,361	-	-	51,557
Subvenção de recursos da CDE	-	-	53,291	-	-	50,614
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	652	684,378	119,442	522	601,873	87,413
Receita de construção	-	-	419,582	-	-	267,602
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	21,708	-	-	24,306
Atualização do ativo financeiro da concessão (a)	-	-	111,847	-	-	55,896
Outras receitas	-	-	41,558	-	-	27,775
Total outras receitas	652	684,378	953,176	522	601,873	854,182
Receita operacional bruta	4.153,399	3.044,870	3.035,418	4.089,138	3.059,767	2.693,731
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(533,477)	-	-	(460,967)
COFINS - corrente	-	-	(152,669)	-	-	(152,259)
PIS - corrente	-	-	(33,145)	-	-	(33,057)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(15,530)	-	-	(14,914)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(141,442)	-	-	(99,034)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(44,573)	-	-	(94,882)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2,690)	-	-	(2,259)
ISS	-	-	(1,633)	-	-	(1,519)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(925,159)	-	-	(858,891)
Receita operacional líquida	4.153,399	3.044,870	2.110,259	4.089,138	3.059,767	1.834,840

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Receitas (custo/despesas) operacionais

	01.01.2022 a 30.06.2022						Reapresentado 01.01.2021 a 30.06.2021					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(66.235)	-	(20.863)	-	-	(87.098)	(59.270)	-	(35.364)	-	-	(94.634)
Material	(23.838)	-	4.871	-	-	(18.967)	(66.393)	-	(152)	-	-	(66.545)
Serviços de terceiros	(287.625)	(4.293)	(32.391)	-	-	(324.309)	(163.171)	(21.670)	(184.841)	-	-	(184.841)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.624.471)	-	-	-	-	(1.624.471)	(1.569.971)	-	-	-	-	(1.569.971)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(353.263)	-	-	-	-	(353.263)	(342.334)	-	-	-	-	(342.334)
(-) Ajustes referente ao alíquo retroativo (a)	-	-	-	-	-	-	7.132	-	-	-	-	7.132
Depreciação e amortização	(175.223)	-	(13.938)	-	-	(189.161)	(161.002)	(1.757)	-	-	-	(162.759)
Custo na desativação de bens	768	-	-	-	-	768	-	-	-	-	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(72.504)	-	(72.504)	-	-	-	(26.398)	-	(26.398)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(9.692)	-	(9.692)	-	-	-	(25.542)	-	(25.542)
Custo de construção	(823.766)	-	-	-	-	(823.766)	(475.406)	-	-	-	-	(475.406)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(14.163)	-	-	(14.163)	-	-	(1.183)	-	-	(1.183)
Outras despesas operacionais	(32.144)	-	(12.972)	-	(285)	(45.401)	(13.472)	(27.432)	-	-	-	(40.904)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	51.731	51.731	-	-	-	6.222	-	6.222
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	3.827	3.827	-	-	-	-	888	888
Subtotal	(3.385.797)	(4.293)	(89.456)	(82.196)	55.273	(3.506.469)	(2.845.887)	(87.558)	(51.940)	7.110	(2.978.275)	

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.04.2022 a 30.06.2022						Representado 01.04.2021 a 30.06.2021					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(33.591)	-	(9.195)	-	-	(42.786)	(30.388)	-	(11.426)	-	-	(41.814)
Material	(11.297)	-	2.766	-	-	(8.531)	(16.708)	-	(80)	-	-	(16.788)
Serviços de terceiros	(157.490)	(2.390)	(13.453)	-	-	(173.333)	(87.755)	42	(14.546)	-	-	(102.289)
Energia elétrica comprada para revenda	(800.637)	-	-	-	-	(800.637)	(837.921)	-	-	-	-	(837.921)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(148.121)	-	-	-	-	(148.121)	(150.596)	-	-	-	-	(150.596)
(-) Ajustes referente ao alíquo retroativo (i)	-	-	-	-	-	-	7.132	-	-	-	-	7.132
Depreciação e amortização	(96.603)	-	(10.045)	-	-	(106.648)	(75.482)	-	(817)	-	-	(76.299)
Custo na desativação de bens	(86)	-	-	-	-	(86)	-	-	-	-	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(35.731)	-	(35.731)	-	-	-	(36.332)	-	(36.332)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	9.011	-	9.011	-	-	-	(12.450)	-	(12.450)
Custo de construção	(419.582)	-	-	-	-	(419.582)	(267.602)	-	(366)	-	-	(267.602)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(14.372)	-	-	(14.372)	-	-	-	-	-	(366)
Outras despesas operacionais	(17.820)	-	(5.156)	-	(205)	(23.181)	(7.677)	-	(14.089)	-	752	(21.014)
Receita de multas por impropriedade de clientes	-	-	-	-	17.071	17.071	-	-	-	-	499	499
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	1.738	1.738	-	-	-	-	493	493
Subtotal	(1.685.227)	(2.390)	(49.455)	(26.720)	18.604	(1.745.188)	(1.466.997)	42	(41.324)	(48.762)	1.744	(1.555.317)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	01.04.2022 a 30.06.2022	01.01.2022 a 30.06.2022	Reapresentado	
			01.04.2021 a 30.06.2021	01.01.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	5.602	10.513	2.908	4.102
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	21.027	22.268	18.751	42.302
Varição monetária de ativos financeiros setoriais	59.803	98.965	16.180	19.271
Varição cambial	4.935	2.812	640	1.863
Varição cambial de dívida	(119.424)	72.117	158.876	158.876
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	15.832	15.961	(30.506)	144.994
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	996	996	-	-
Juros fundo de pensão	8	17	5	9
Outras receitas financeiras	2.293	8.689	2.328	3.955
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.357)	(6.653)	(1.610)	(3.163)
Subtotal	(13,285)	225,685	167,572	372,209
Despesas financeiras				
Varição monetária de dívidas	(9.403)	(15.856)	(6.483)	(15.722)
Varição monetária de debêntures	(28.553)	(48.910)	(16.405)	(35.979)
Varição cambial de dívidas	(5)	(130)	(52.762)	(145.002)
Varição cambial	(830)	(865)	(2.545)	(2.545)
Encargos de dívidas	(40.285)	(76.655)	(10.648)	(17.065)
Juros debêntures	(27.839)	(53.775)	(18.109)	(33.726)
Encargos fundo de pensão	(1.896)	(3.792)	(1.697)	(3.394)
Varição monetária de passivos financeiros setoriais	(8.213)	(39.812)	(5.740)	(11.923)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(14.656)	(19.873)	(9.521)	(18.857)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Varição cambial	102.197	(87.010)	(73.960)	(158.793)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	(27.925)	(27.925)	6.648	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(37.292)	(64.467)	(4.241)	(6.678)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	50	106	78	162
Atualizações de impostos	(1.317)	(2.261)	(879)	(2.190)
Atualização P&D/PEE	(906)	(1.809)	(601)	(1.699)
IOF/IOC	(2.304)	(7.601)	(1)	(1)
Apropriação custo de transação	(888)	(1.602)	(717)	(1.433)
Comissão de fiança e seguro garantia	(1.655)	(2.293)	(819)	(1.471)
Juros em arrendamento	(401)	(879)	(46)	(100)
Outras despesas financeiras	(6.033)	(10.409)	(6.489)	(7.824)
Subtotal	(108,154)	(465,818)	(204,937)	(464,240)
Total do resultado financeiro	(121,439)	(240,133)	(37,365)	(92,031)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	01.01.2022 a 30.06.2022		01.01.2021 a 30.06.2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(74.851)	(27.181)	(118.328)	(46.674)
Diferidos	(2.500)	(879)	24.386	12.849
Incentivo fiscal	18.114	-	38.706	-
Total	(59.237)	(28.060)	(55.236)	(33.825)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	396.492	396.492	365.300	365.300
Adições:				
Gratificação a administradores	10.079	10.079	7.768	7.768
Doações	180	180	161	161
Perdão de Dívida Indedutível	(49)	(49)	-	-
Outras despesas indedutíveis	(9)	(9)	-	-
Juros sob capital Próprio (JSCP)	(95.000)	(95.000)	-	-
Total das adições	(84.799)	(84.799)	7.929	7.929
Base de cálculo	311.693	311.693	373.229	373.229
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(77.911)	(28.052)	(93.301)	(33.591)
Incentivos fiscais	18.693	-	38.706	-
Ajustes de períodos anteriores	(27)	-	(641)	(234)
Total da despesa com tributos	(59.245)	(28.052)	(55.236)	(33.825)
Alíquota efetiva	14,94%	7,08%	15,12%	9,26%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisões para processos judiciais e outros riscos	75.592	82.061	(6.469)	(1.798)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	199.463	171.516	27.947	19.889	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	59.213	59.541	-	-	(328)	(2.863)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	42.984	3.262	27.979	19.742	11.743	(722)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.546	369	1.177	(14)	-	-
Outras provisões	41.399	34.862	6.537	14.808	-	-
Total dos diferidos ativos	422.002	353.416	57.171	52.627	11.415	(3.585)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.413)	(1.434)	21	23	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(360.483)	(294.160)	(66.323)	(40.714)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	8	-	8	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	(44)	44	27.663	-	(1.166)
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(5.701)	5.701	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(361.888)	(301.339)	(60.549)	(13.028)	-	(1.166)
Ativo fiscal diferido, líquido	60.114	52.077	(3.378)	39.599	11.415	(4.751)
Realização do benefício fiscal da incorporação	-	-	-	(2.364)	-	-
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(3.378)	37.235	-	-

Notas Explicativas


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima que os saldos em 30 de junho de 2022, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

33. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros
Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

33.1 Instrumentos financeiros
33.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	187.196	187.196	204.316	204.316
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	82.010	82.010	80.648	80.648
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	30.175	30.175	31.101	31.101
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.874.670	1.874.670	1.721.911	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	503.272	503.272	518.671	518.671
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	10.812	10.812	43.594	43.594
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	3.877	3.877	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.428.649	4.428.649	3.912.580	3.912.580
Total do ativo			7.120.661	7.120.661	6.512.821	6.512.821
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	891.806	854.581	1.045.232	833.509
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.316.921	1.323.813	1.453.953	1.462.277
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	613.874	613.874	-	-
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.310.439	1.136.832	1.222.483	583.349
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	113.191	113.191	36.294	36.294
Arrendamentos	Custo amortizado	2	59.604	59.604	20.586	20.586
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.230.330	1.230.330	1.410.469	1.410.469
Total do passivo			5.536.165	5.332.224	5.189.017	4.346.484

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade*

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
					30.06.2022	31.12.2021
Scotiabank III		06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	(19.546)	21.337
BNP II		01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(22.672)	(7.462)
BNP III		01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	-	(6.059)
Scotiabank IV		16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25% aa	(18.607)	5.466
Sumitomo		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(39.974)	(5.982)
Citibank		15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	2.033	-
Itaú I (27ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,83% aa	(113)	-
Itaú II (27ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,83% aa	(85)	-
BTG Pactual (27ª Debêntures)		30/05/2022	17/05/2032	CDI + 0,78% aa	462	-
Total					(98.502)	7.300

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356
Efeito no resultado financeiro	(20.477)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.553
Recebimento de principal	(105.750)
Recebimento de Juros	1.683
Saldos em 31 de junho de 2021	(54.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(135.516)
Marcação a mercado no resultado	996
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(34.539)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	40.441
Saldo em 30 de junho de 2022	(98.502)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2022 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 06.01.21 Scotiabank III	(19.546)	(12.686)	(6.860)	-	400.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP II	(22.672)	(16.126)	(6.546)	-	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.04.21 BNP III	-	-	-	-	135.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 16.07.21 Scotiabank IV	(18.607)	(10.450)	(8.157)	-	210.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 15.10.21 Sumitomo	(39.974)	(23.140)	(16.834)	-	278.250	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	2.033	7.643	(5.610)	-	271.700	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	(113)	(249)	-	135	200.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	(85)	(186)	-	101	150.000	Valor justo por meio do Resultado
Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pactual	462	(298)	-	761	250.000	Valor justo por meio do Resultado
Total	(98.502)	(55.492)	(44.007)	997	2.029.950	

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como: (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2022.

(i) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

33.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, da Companhia observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Gestão de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

b1). Risco de crédito

Em 30 de junho de 2022 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	187.196	204.316
Títulos e valores mobiliários	82.010	80.648
Instrumentos financeiros derivativos	(98.501)	7.300
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.874.670	1.721.911
Ativos financeiros setoriais	503.272	518.671
Ativo indenizável (concessão)	4.428.649	3.912.580
	6.977.296	6.445.426

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. O portfólio do Grupo demonstrou - até o momento - resiliência à crise global da pandemia. Tudo isso graças a um fortalecimento dos canais de cobrança digital e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma sólida diversificação de clientes comerciais que tiveram baixa exposição aos impactos do COVID-19.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 30 de junho de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos, com a seguinte classificação de risco, realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.06.2022	31.12.2021
AA-	(98.502)	7.300
Total geral	(98.502)	7.300

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.06.2022	31.12.2021
AAA	242.237	257.086
AA+	92	14
Total geral	242.329	257.100

b2). Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.06.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	2.202.246	2.267.715
Debentures (Nota 21)	1.930.795	1.453.953
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	98.501	(7.300)
Dívida	4.231.542	3.714.368
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(204.316)	(204.316)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(80.648)	(80.648)
Dívida líquida (a)	3.946.578	3.429.404
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.486.805	3.387.355
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	53%	50%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2022 é de 53% (50% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b3). Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros;
- (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados;
- (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez;
- (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho N° 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

Com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600.000, através do despacho N° 1.540 de 28 de maio de 2021, o qual passou a R\$ 1.400.000. Mais recentemente, esse limite foi ampliado em mais R\$ 500.000, por meio do despacho n° 3.754 de 21 de novembro de 2021, totalizando R\$ 1.900.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as mutuantes CDSA e Enel CIEN, aprovado pela ANEEL, por meio do despacho N° 647/2021, no valor de até R\$ 250.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2022						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.073	2.079	420.168	617.459	-	1.041.779
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	2.420	11.812	44.422	524.527	40.976	624.157
Debêntures	3.402	11.372	508.868	1.126.845	780.088	2.430.575
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	80.335	39.715	41.892	652.646	-	814.588
Total	88.230	64.978	1.015.350	2.921.477	821.064	4.911.099

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 30 de junho de 2022					
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	11,721	-	161,550	214,993	388,264
Total	11,721	-	161,550	214,993	388,264

b4). Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor, TJLP e USD SOFR). Em 30 de junho de 2022, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Em 30 de junho de 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Selic	234	0,10%	600	0,23%
CDI	242.095	99,90%	256.500	99,77%
Pré-Fixado	-	0,00%	-	0,00%
Total	242.329	100,00%	257.100	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.06.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	4.428.649	100,00%	3.912.580	100,00%
Total	4.428.649	100,00%	3.912.580	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.06.2022	%	31.12.2021	%
Taxa fixa	47.889	1,13%	36.099	0,97%
TJLP	667	0,02%	665	0,02%
CDI	2.897.036	68,46%	2.483.939	66,87%
IPCA	1.274.882	30,13%	1.187.282	31,96%
Libor	6.024	0,14%	6.383	0,17%
USD SOFR	5.044	0,12%	-	0,00%
Total	4.231.542	100,00%	3.714.368	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de junho de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Mar.2023		
		30.06.2022	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	234	30	23	15
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	242.095	30.770	23.078	15.385
Ativo indenizável	Redução do IPCA	4.428.649	184.980	138.735	92.490
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	1.894.804	238.454	289.944	340.076
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(540.577)	(70.551)	(79.644)	(88.596)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(972.050)	(42.603)	(224.568)	(375.777)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(283.676)	(11.158)	(13.254)	(15.349)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	4.245	123	123	123
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	1.015.694	45.593	236.744	395.586
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	667	52	62	73
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	1.002.232	110.198	133.998	157.172
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.815.459	220.862	251.377	281.419
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	6.024	583	2.003	3.193
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	288.720	11.158	13.254	15.349
			718.491	771.875	821.159

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
SCOTIABANK 4131 III - COELCE	2.181	56.081	53.900	100.871	98.690
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PA	(2.142)	(55.060)	(52.918)	(99.034)	(96.892)
SCOTIABANK 4131 SWAP III - COELCE PP	33.438	40.766	7.328	47.903	14.465
BNP 4131 II - COELCE	9.049	37.013	27.964	60.250	51.201
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(8.632)	(35.308)	(26.676)	(57.474)	(48.842)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	19.738	23.948	4.210	28.047	8.309
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	14.173	62.006	47.833	101.755	87.582
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PA	(13.721)	(60.030)	(46.309)	(98.512)	(84.791)
SCOTIABANK 4131 SWAP IV - COELCE PP	31.519	38.208	6.689	44.722	13.203
Sumitomo 4131 - COELCE	19.210	78.686	59.476	128.110	108.900
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(18.108)	(74.171)	(56.063)	(120.758)	(102.650)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	40.232	48.849	8.617	57.239	17.007
CITIBANK 4131 - COELCE	11.158	13.254	2.096	15.349	4.191
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(11.158)	(13.254)	(2.096)	(15.349)	(4.191)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	39.570	48.016	8.446	56.238	16.668
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	82.743	93.407	10.664	103.906	21.163
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL F	(23.459)	(26.482)	(3.023)	(29.459)	(6.000)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL F	24.657	30.049	5.392	35.298	10.641
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL F	(17.594)	(19.861)	(2.267)	(22.094)	(4.500)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL F	18.492	22.536	4.044	26.474	7.982
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 2	(29.499)	(33.301)	(3.802)	(37.044)	(7.545)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 2	30.809	37.571	6.762	44.155	13.346
Total	252.656	312.923	60.267	370.593	117.937

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2022 (em reais).

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2022
Passivos em moeda estrangeira	
Empréstimos e financiamento	1.310.439
Exposição patrimonial	1.310.439
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.288.797)
Exposição líquida	21.642

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

A Companhia utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Em 30 de junho de 2022, todos os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras estão protegidos por *hedge*.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c1). Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.241.502 em 2022, R\$ 2.579.886 em 2023, R\$ 2.769.317 em 2024, R\$ 2.686.584 em 2025 e R\$ 47.131.870 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 30 de junho de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 9.522 e R\$ 7.842, respectivamente.

36. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 1.075.105	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 0	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	R\$ 0	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Riscos frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.06.2022	30.06.2021
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(155.917)	(135.238)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.06.2022	30.06.2021
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(128.152)	(48.131)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(106)	(162)
	(128.258)	(48.293)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.06.2022	30.06.2021	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.636.177	1.170.000	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.054.000)	(647.889)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(10.575)	(894)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(22.816)	105.750	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(2.991)	(770)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	-	(40.000)		Conforme demonstrado no quadro a seguir
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	545.795	586.197		

A Companhia não pagou dividendos no semestre findo em 30 de junho de 2022.

38. Eventos subsequentes

38.1 Revisão tarifária extraordinária de 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 13 de julho de 2022, deliberou sobre a revisão tarifária extraordinária de 2022.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia positivo de +10,02%, composto por reajuste econômico de +12,84% e componente financeiro de -2,82%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -3,01%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Revisão Tarifária Extraordinária 2022	
Encargos Setoriais	3,98%
Custos de Transmissão	-1,04%
Custos de Aquisição de Energia	4,32%
Parcela A	7,26%
parcela B	5,58%
Reajuste Econômico	12,84%
CVA Total	8,28%
Bandeira Escassez Hídrica	-2,18%
Conta Escassez Hídrica	-1,95%
Remanescente escassez hídrica	-1,99%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-6,31%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,32%
Componentes Financeiros	-2,82%
Reajuste Total	10,02%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-13,03%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	-3,01%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 11,49%, representando 7,26% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - aumento de 36,62%, representando 3,98% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (USO);
- Energia comprada - aumento de 9,60%, decorre principalmente do aumento dos contratos de disponibilidade de energia nova. Percebe-se também uma significativa contribuição do custo decorrente do contrato bilateral. O aumento do custo da compra de energia representa 4,32% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão - os custos de transmissão tiveram uma variação de -14,25%, correspondendo a um efeito de -1,04% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaque para a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.959 e 2.896, ambas de 2021, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

(ii) Parcela B: Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 15,16%, representando uma participação de 5,58% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 14,77%, no período de 12 meses findos em março de 2022; e
- Fator X de -0,39 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +1,17%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,48%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -1,09%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 193.725, dentre os quais destacamos R\$ 568.258 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”),

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sobrecontratação de R\$ 47.892, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 138.699 e Ressarcimento de Créditos de PIS/COFINS de -R\$ 433.117.

De acordo com o exposto acima, foi homologado o reajuste tarifário anual da Companhia, que conduz um efeito médio nas tarifas a ser percebido pelos consumidores de -3,01%, sendo de -2,96%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e de -3,02%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

38.2 Novo contrato de mútuo com Enel Brasil

Em 20 de julho de 2022, a Companhia com necessidade de capital de giro captou nova operação de mútuo com a Enel Brasil no montante de R\$ 50.000 com vencimento em 31 de agosto de 2022 a uma taxa de CDI + 0,65% a.a.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Companhia Energética do Ceará - COELCE Fortaleza – CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Ceará

– COELCE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao segundo trimestre de 2022.

Fortaleza, 25 de julho de 2022.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao segundo trimestre de 2022.

Fortaleza, 25 de julho de 2022.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretor de Regulação - Luiz Antonio Correa Gazulha Junior

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá